

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO, ARTES E DESIGN – FAMECOS
JORNALISMO

FERNANDO BRODT COSTA

**REFLEXÕES SOBRE O GOLPE PARLAMENTAR DE 2016: UMA ANÁLISE DO
DOCUMENTÁRIO "O PROCESSO" (2018)**

Porto Alegre
2021

GRADUAÇÃO



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

FERNANDO BRODT COSTA

**REFLEXÕES SOBRE O GOLPE PARLAMENTAR DE 2016: UMA ANÁLISE
DO DOCUMENTÁRIO "O PROCESSO" (2018)**

Monografia apresentada à Escola de Comunicação, Artes e Design - FAMECOS da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Prof. Dra. Cristiane Freitas Gutfreind

Porto Alegre

2021

FERNANDO BRODT COSTA

**REFLEXÕES SOBRE O GOLPE PARLAMENTAR DE 2016: UMA ANÁLISE
DO DOCUMENTÁRIO "O PROCESSO" (2018)**

Monografia apresentada à Escola de Comunicação, Artes e Design - FAMECOS da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Jornalismo.

Aprovado em 05 de julho de 2021.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dra. Cristiane Freitas Gutfreind

Prof. Dra. Camila Garcia Kieling

Prof. Dr. Cláudio Costa Mércio

Porto Alegre

2021

Eu vivi a minha verdade. Dei o melhor de minha capacidade. Não fugi de minhas responsabilidades. Me emocionei com o sofrimento humano, me comovi na luta contra a miséria e a fome, combati a desigualdade.

Travei bons combates. Perdi alguns, venci muitos e, neste momento, me inspiro em Darcy Ribeiro para dizer: não gostaria de estar no lugar dos que se julgam vencedores. A história será implacável com eles.

Dilma Rousseff

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer aos meus pais. Indiferente das dúvidas no caminho durante toda minha vida, foram eles que sempre estiveram do meu lado e me apoiaram em todas as decisões. Junto a eles, quero deixar o meu amável obrigado também a minha namorada, Fernanda, que segurou a minha mão durante todo o processo de construção deste trabalho, me ajudando e me motivando sempre e, o mais importante, não deixando que eu desistisse mesmo nos momentos mais difíceis. Essa conquista é nossa!

Estendo minha gratidão também a minha orientadora, Cristiane Freitas Gutfreind, que me conduziu sempre de forma paciente e empática. A ela, uno meu obrigado a outros professores e mestres que fizeram parte da minha jornada acadêmica, em especial aqueles que, de alguma forma, foram lembrados por mim durante a produção deste trabalho. Obrigado, Ivone Cassol, Camila Kieling, Cláudio Mércio, Tércio Saccol, Fábio Canatta e Helena Stigger.

Aos meus amigos e colegas que, em algum momento durante este semestre, se preocuparam sobre o andamento da monografia, obrigado.

Por último, mas não menos importante, agradeço também ao Programa Universidade para Todos (Prouni), sem ele nada disso seria possível.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo entender como o autoritarismo está presente nas decisões políticas no Brasil a partir de um documentário, especificamente no golpe parlamentar sofrido pela ex-presidenta Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores – PT) em 2016. Para isso, realizou-se uma análise fílmica (AMOUNT *et al*, 1995; AMOUNT e MARIE, 2013; VANOYE e GOLLIOT-LÉTÉ, 1994) de frames e sequências do documentário “O Processo” (2018), da diretora Maria Augusta Ramos, que traz os bastidores legais do processo de impeachment de Dilma Rousseff. Para uma melhor avaliação, o documentário escolhido foi dividido em duas partes: os votos dos parlamentares e a forma como o processo de impeachment de Dilma Rousseff foi conduzido. Para isso, foi realizada uma revisão histórica e política do processo de impeachment de Dilma Rousseff e do contexto histórico do autoritarismo no Brasil, principalmente da ditadura civil-militar. Como resultados finais, podemos afirmar que o autoritarismo já estava iminente naquele período, o que veio a se confirmar na eleição de Jair Bolsonaro e no avanço do militarismo e da extrema-direita no país.

Palavras-chave: Autoritarismo; Política; Golpe Parlamentar; Dilma Rousseff; Documentário.

ABSTRACT

This study aims to understand how authoritarianism is present in the political decisions in Brazil, specifically in the parliamentary coup suffered by the ex-president Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores – PT) in 2016. For this, a film analysis was performed (AMOUNT *et al*, 1995; AMOUNT e MARIE, 2013; VANOYE e GOLIOT-LÉTÉ, 1994) of frames and sequences of the documentary “O Processo” (2018), from director Maria Augusta Ramos. The film shows Dilma Rousseff’s impeachment legal backstage. To make a better evaluation, the documentary was divided into two pieces: the parliamentarian’s votes and the way Rousseff’s impeachment had led. Thereunto, a historical and political review of Rousseff’s impeachment and the authoritarianism’s historical context was made, mostly analyzing the civil-military dictatorship. As final results, we can say that authoritarianism was already imminent in that period. This was endorsed by Jair Bolsonaro’s election and the advance of militarism and the extreme right-wing in Brazil.

Keywords: Authoritarianism; Politics; Parliamentary Coup; Dilma Rousseff; Documentary.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Nuvem de palavras elaborada pelo autor, com uso da ferramenta Word Clouds (2021).....	16
Figura 2 - Imagem de "O Processo" (3'56")	43
Figura 3 - Imagem de "O Processo" (4'32")	44
Figura 4 - Imagem de "O Processo" (5'13")	46
Figura 5 - Imagem de "O Processo" (6'05")	47
Figura 6 - Imagem de "O Processo" (13'33")	50
Figura 7 - Imagem de "O Processo" (15'02")	51
Figura 8 - Regra dos Terços em Imagem de "O Processo" (15'02").....	52
Figura 9 - Imagens de "O Processo" (90'07', 91'26", 92'07" e 93'27" – da esq. para dir.).....	53
Figura 10 - Imagens de "O Processo" (90'37', 92'13" e 93'58")	54

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. UMA BREVE REVISÃO HISTÓRICA	11
2.1 Manifestações, eleições e novos protestos	11
2.2 Os votos no parlamento e no senado	14
3. CONSIDERAÇÕES SOBRE AUTORITARISMO E POLÍTICA.....	19
3.1 Ideais autoritários e disposições do poder	19
3.2 O autoritarismo através dos anos	21
3.3 Reflexões sobre a ditadura civil-militar no Brasil	24
3.3.1 Década de 60	25
3.3.2 Década de 70	27
3.3.3 Década de 80	35
4. AUTORITARISMO E GOLPE EM “O PROCESSO”	39
4.1 O documentário “O Processo”	39
4.2 Sobre a análise de “O Processo”	41
4.2.1 Autoritarismo e os votos dos parlamentares.....	43
4.2.2 Imparcialidade autoritária como legitimação jurídica	48
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS.....	59

1. INTRODUÇÃO

Em junho de 2021, o Brasil vive um momento de instabilidade política devido ao avanço do autoritarismo e da extrema-direita no país. Para Schwarcz (2019), esse movimento está diretamente ligado ao conservadorismo de uma classe média insatisfeita que uniu esforços com grupos que questionavam as políticas públicas exercidas pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), que resultou em um golpe parlamentar sofrido pela ex-presidenta Dilma Rousseff em 2016. A ascensão do autoritarismo, que tem raízes extensas na história do país, é um tema que está em voga, e pode ser abordado de diversas formas.

Atento a isso, esta monografia busca compreender como o autoritarismo esteve presente nas decisões políticas que levaram ao golpe parlamentar de 2016. Para isso, o objetivo específico deste trabalho é analisar o autoritarismo no documentário “O Processo” (2018), da diretora Maria Augusta Ramos. O filme busca elucidar sobre os bastidores do processo de impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff.

O filme tem sua narrativa construída durante todo processo de julgamento do impeachment. Além de Dilma Rousseff, traz figuras importantes como José Eduardo Cardozo, Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias e Janaína Paschoal.

Este trabalho é composto por outros quatro capítulos, sendo o segundo uma revisão histórica do golpe parlamentar de 2016. O primeiro subcapítulo trata sobre as manifestações de 2013, as eleições para presidência de 2014 e os protestos que levaram milhares de pessoas às ruas em 2016. O segundo subcapítulo traz os votos dos deputados federais e dos senadores para o impeachment de Dilma Rousseff. Os principais autores abordados no segundo capítulo são Berger, Tavares e Vaz (2016), Braz (2017), Tatagiba (2018) e Schwarcz (2019).

O terceiro capítulo faz um resgate sobre o autoritarismo e a política no Brasil, dando maior ênfase aos 21 anos de ditadura civil-militar, entre 1964 e 1985. O primeiro subcapítulo conceitua o autoritarismo a partir das ideias defendidas por Bobbio *et al* (1998). O segundo subcapítulo aborda o histórico autoritário em solo brasileiro, passando pelos bandeirantes, a escravidão e o coronelismo. O terceiro subcapítulo contextualiza os anos de ditadura civil-

militar, dividindo esse momento por décadas. Os principais autores utilizados para produção do terceiro capítulo são Bobbio *et al* (1998), Arantes (2010), Cunha (2010) e Schwarcz (2019).

No quarto capítulo analisaremos o autoritarismo durante o golpe parlamentar de 2016 através do documentário “O Processo”. O primeiro subcapítulo apresenta o filme, seu resumo e premiações. No segundo subcapítulo é realizada a análise fílmica, dividido em duas sequências e frames: a primeira trata dos votos dos parlamentares e a outra da imparcialidade com a qual o processo foi conduzido. Os principais autores abordados no quarto capítulo são Vanoye e Goliot-Lété (1994), Amount *et al* (1995), Aumont e Marie (2013) e Schwarcz (2019).

2. UMA BREVE REVISÃO HISTÓRICA

Neste capítulo, faremos um resgate sobre as manifestações que aconteceram a partir de 2013, a cobertura da mídia hegemônica e o golpe parlamentar contra a presidenta Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT). Além disso, discutiremos sobre a presença do autoritarismo, principalmente nos votos dos parlamentares na sessão que decidiu pelo afastamento e abertura do processo de impeachment de Dilma Rousseff.

2.1 Manifestações, eleições e novos protestos

A campanha pelo impeachment foi construída de diferentes formas. O levante da população nas ruas foi apenas mais uma, porém, teve um impacto direto e relevante. O “despertar do gigante”¹, a partir das manifestações de 2013, nas Jornadas de Junho, legitimou a narrativa de atores que não estavam satisfeitos com o governo à época e que iriam, no ano seguinte, questionar os resultados nas urnas, que deram a vitória a presidenta Dilma Rousseff no segundo turno das eleições presidenciais de 2014.

Para entender o contexto histórico que levou ao golpe parlamentar e, conseqüentemente, ao impedimento de Dilma Rousseff, é preciso compreender que todo esse processo começou em 2013. Os protestos aconteceram por todo país, principalmente nas capitais, e foram os maiores desde o impeachment do então presidente Fernando Collor de Mello em 1992.

Em um primeiro momento, as manifestações foram marcadas pela reivindicação contra os aumentos das passagens nos transportes públicos, angariando apoio popular no decorrer dos atos. Os protestos ganharam repercussão nacional e internacional, abordando temas além das tarifas municipais dos ônibus, como a má qualidade dos serviços públicos, a corrupção política e os gastos com a Copa do Mundo. O que era algo local foi evoluindo até o combate à falência da política. Houve uma domesticação do processo, que mudou a narrativa da indignação da juventude e da classe média contra o aumento das passagens para um ataque direto à presidência. Esses protestos

¹ Termo utilizado ao falar sobre o levante popular ocorrido a partir das manifestações de 2013 contra o aumento das passagens de ônibus.

trouxeram à tona o poder das manifestações populares, mostrando que a rua é um lugar de luta política.

As manifestações acontecidas em 2013 tiveram, no início, uma agenda mais voltada às reivindicações de esquerda, lutando pelo acesso democrático à cidade, por tarifas mais justas no transporte, tudo isso representado por faixas e gritos que diziam que aquilo “não era só pelos 20 centavos”. Nesta primeira fase, a polícia reprimiu com força excessiva todas as manifestações, fazendo com que a mídia hegemônica classificasse os protestos como atos de vandalismo. Entre as detenções acontecidas durante 2013, algumas foram feitas com a nomenclatura de “detidas para averiguação”, prática comum da época da ditadura, que prendia manifestantes sem nenhum tipo de flagrante. Outros, foram presos por portarem vinagre. Motivados pelo enfrentamento a essa violência policial, houve um crescimento do número de manifestantes nos atos seguintes.

Na sequência, foi deflagrado um segundo momento nos protestos, majoritariamente pacíficos, com maior participação popular e grande cobertura midiática positiva dos principais veículos do país. Houve manifestações diariamente em diversas cidades do Brasil entre os dias 17 e 21 de junho. A pauta do transporte passou a enfraquecer, por ter sido atendida em algumas cidades pelo país, como São Paulo e Rio de Janeiro. O foco dos protestos se voltou às Propostas de Emenda Constitucional (PEC) 33² e 37³, a “PEC da Impunidade”, a “cura” gay, liderada pelo deputado federal e pastor Marco Feliciano (à época no Partido Social Cristão - PSC e, hoje, no Republicanos), gastos com a Copa das Confederações FIFA de 2013 e a Copa do Mundo FIFA de 2014, projeto do ato médico e contra a corrupção. De acordo com Luciana Tatagiba (2018, p. 114), “as direitas brasileiras souberam ler o ‘espírito de junho’ e renovaram o seu repertório de ação, até então restrito à lógica eleitoral e ao *lobby* para incluir o confronto político”. Os protestos tomaram a mídia e tiveram uma grande aprovação pública, chegando a contar com até 84% da simpatia dos

² Projeto de lei que visa intervir na forma como é exercido o controle de constitucionalidade das leis no Brasil ao submeter as decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) ao controle pelo Congresso Nacional. Seu autor foi o deputado Nazareno Fonteles (PT/PI);

³ Foi um projeto que pretendia emendar a Constituição brasileira para incluir a apuração de investigações criminais como atividade privativa da polícia judiciária. Foi proposta pelo deputado Lourival Mendes, então do (PCdoB/MA).

brasileiros, segundo o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE).

Para Lilia Schwarcz (2019), esses atos foram um passo importante para o crescimento da agenda reacionária e, conseqüentemente, do autoritarismo no Brasil que aconteceram nos anos seguintes:

Todavia, na contramão desse movimento ascendente na busca de direitos, vivemos, hoje, momentos em que a crise política, social, cultural e econômica, anunciada pelas agitações que tomaram as ruas no ano de 2013, parece ser capaz de reverter conquistas consolidadas, a partir de agendas reacionárias e não compromissadas com a equidade. Ao contrário, mais engajadas com o retorno de modelos autoritários do exercício da política. (p. 31).

Já Berger, Tavares e Vaz (2016, p. 25) defendem que a cobertura política na mídia está mais clara desde as Jornadas de Junho, “a pauta política passou a ocupar não apenas o seu lugar tradicional no noticiário, mas a atravessar diversos assuntos (e editoriais) nos mais distintos veículos, da mídia hegemônica ou não”. Braz (2017) afirma que a mídia hegemônica deixou de ser um quarto poder e passou a agir como se fosse o primeiro, pautando assim o funcionamento de todos os outros.

Esse movimento incentivou uma maior participação política, gerando discussões e debates, principalmente na internet. Junto a esse maior interesse político cresceu também a polarização.

Mesmo após tantas manifestações e embates políticos, a eleição de 2014 para presidência resultou na reeleição da presidenta Dilma Rousseff. No segundo turno, Rousseff obteve 51,64% dos votos válidos contra 48,36% obtidos por Aécio Neves, principal candidato da oposição e representante do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Essa foi a eleição mais disputada desde a redemocratização do Brasil. Em 2010, ao ser a primeira presidente mulher eleita no país, Dilma Rousseff obteve 56,04% dos votos válidos contra 43,95% de José Serra (PSDB).

Em menos de dois anos depois, essa revolta contra a classe política escolheu como alvo principal a presidenta Dilma Rousseff. Segundo levantamento feito pelos repórteres do G1 com a polícia militar de todos os estados participantes, dois milhões e 300 mil pessoas foram às ruas em 15 de março de 2015 protestar contra o governo. Em 2016, no dia 13 de março, a

Polícia Militar, em levantamento⁴ do G1, contabilizou que os protestos tiraram de casa três milhões e seiscentos mil cidadãos, agora exigindo o impeachment da presidenta e a prisão de Luís Inácio Lula da Silva (PT), seu antecessor. Segundo os organizadores, os números chegaram a seis milhões e 900 mil.

Vestidos com a camiseta amarela da seleção brasileira de futebol, pessoas das classes médias e altas foram às ruas. Além do governo petista, a luta foi travada contra a esquerda partidária e sindical, um ataque à cultura de esquerda como um todo. Clamores por uma intervenção militar, um ódio contra países como Venezuela e Cuba e a ideia de que “a nossa bandeira jamais será vermelha” tomaram conta das ruas do país. Foram precisos 22 meses de mobilizações para derrubar uma presidenta eleita de forma democrática.

2.2 Os votos no parlamento e no senado

No final de 2015, mais precisamente em 2 de dezembro, o deputado federal Eduardo Cunha, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), então Presidente da Câmara dos Deputados, abriu o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff por crimes de responsabilidade a partir da aceitação de um documento apresentado pelo jurista Hélio Bicudo, em 21 de outubro do mesmo ano, que teve apoio dos também juristas Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal, parlamentares e de movimentos sociais pró-impeachment. A guerra política estava instaurada.

Em 17 de abril de 2016, a Câmara dos Deputados autorizou a abertura do processo de impeachment. A sessão durou 9 horas e 47 minutos e terminou com uma vitória oposicionista por 367 votos favoráveis ao impedimento contra 137 contrários. Entre os favoráveis estava o deputado Eduardo Cunha, que votou sim junto com a frase “que Deus tenha misericórdia desta nação”, quebrando a tradição de neutralidade do cargo de Presidente da Câmara dos Deputados, como podemos constatar no filme “O Processo” aos 6 minutos e 50 segundos.

⁴ Levantamento foi publicado no “Mapa das Manifestações Contra Dilma”. Disponível em: <http://especiais.g1.globo.com/politica/mapa-manifestacoes-no-brasil/13-03-2016/contra/?_ga=2.122246856.2137080491.1619560328-4081953353.1594144408>. Acesso em: 27 abr. 2021.

Ao declarar-se a favor do impedimento, o deputado Delegado Waldir (PR-GO)⁵ clamou por "Pátria Amada! Pátria Amada! Seu filho Delegado Waldir não foge à luta! Pelo meu país, por Deus, por minha família, pelas pessoas de bem. Meu voto é sim! Fora Dilma, fora Lula, fora PT!".

Eduardo Bolsonaro (PSC-SP)⁶ votou a favor "pelo povo de São Paulo nas ruas com o espírito dos revolucionários de 32, pelo respeito aos 59 milhões de votos contra o estatuto do desarmamento em 2005, pelos militares de 64, hoje e sempre, pelas polícias, em nome de Deus e da família brasileira, é sim! E Lula e Dilma na cadeia!". Esse voto aparece no documentário "O Processo" aos 6 minutos.

O pastor e deputado Marco Feliciano (PSC-SP)⁷ votou a favor do impeachment "com ajuda de Deus, pela minha família e pelo povo brasileiro, pelos evangélicos da nação toda, pelos meninos do MBL, pelo Vem pra Rua, dizendo que Olavo tem razão, dizendo tchau para essa querida, e dizendo tchau ao PT, partido das trevas, eu voto sim".

Já, à época, o deputado Jair Bolsonaro (PSC-RJ)⁸ durante seu voto citou Brilhante Ustra, militar que torturou Dilma Rousseff na ditadura. "Nesse dia de glória para o povo tem um homem que entrará para a história. Parabéns, presidente Eduardo Cunha. Perderam em 1964 e agora em 2016. Pela família e inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve, contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra a Folha de São Paulo, pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra⁹, o pavor de Dilma Rousseff. Pelo exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo,

⁵ Voto retirado da transcrição da sessão deliberativa extraordinária. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/destaque-dematerias/impeachment-da-presidente-dilma/sessao-091-de-170416>> Acesso em: 31.mar. 2021.

⁶ Idem ao anterior.

⁷ Idem ao anterior.

⁸ Idem ao anterior.

⁹ Carlos Alberto Brilhante Ustra foi ex-chefe do Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), órgão de repressão da ditadura. Foi o único militar brasileiro declarado torturador pela Justiça, Ustra foi denunciado pelo Ministério Público Federal (MPF) pela morte do militante comunista Carlos Nicolau Danielli em dezembro de 1972, porém não foi condenado.

e por Deus acima de todos, o meu voto é sim". Esse momento é retratado aos 4 minutos e 52 segundos no filme “O Processo”.

É importante salientar que algumas palavras ganharam maior espaço nas justificativas dos parlamentares que votaram a favor do impeachment. A partir das transcrições dos votos dos deputados federais, foi realizada uma análise, suprimidos termos que não se configuravam como motivação de voto, como “deputado”, “presidente” e “voto”.



Figura 1 - Nuvem de palavras elaborada pelo autor, com uso da ferramenta Word Clouds (2021)

Entre as palavras mais utilizadas nos discursos dos parlamentares estão “família”, que apareceu 153 vezes, “Deus”, com 76 menções, e “corrupção”, que foi citada 64 vezes. Esses números demonstram que possíveis erros administrativos foram minimizados frente às crenças pessoais de cada deputado. O impeachment de Dilma Rousseff foi um ato embasado em uma pauta conservadora de família, Deus e nação. “O certo é que, desde o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, destampou-se o caldeirão dos ressentimentos, que desaguou numa política deliberada de ódios e polarizações” (SCHWARCZ, 2019, p. 179).

Para Schwarcz (2019), todo governo busca usar a história a seu favor. Porém, os com raízes autoritárias, procuram criar a sua própria. É normal entre esses uma narrativa mítica e sem nenhuma preocupação com a verdade, buscando sempre uma elevação da sua visão de realidade.

Segundo Schwarcz (2019, p. 12), esses episódios são bons para “iluminar os artifícios políticos da cena e seus bastidores. Ou seja, ajudam a entender como, quando e por que, em determinados momentos, a história vira objeto de disputa política”. O golpe parlamentar de 2016 é uma demonstração atual do poder que a desinformação e as disputas narrativas têm no Brasil. Um país com uma democracia ainda jovem e que não tem um conhecimento crítico da própria história. Ao relembrar os acontecimentos e os movimentos realizados pelos parlamentares, pode-se perceber que o autoritarismo vem ganhando espaço na política brasileira.

Após a votação entre os deputados, o próximo passo se iniciou em 11 de maio de 2016, no Senado. Totalizando 20 horas de plenário, os votos finais para admissibilidade da sequência do processo foram de 55 a favor contra 22 contra. A presidenta Dilma Rousseff é afastada do cargo por até 180 dias, enquanto segue sendo julgada pelo Senado. Seu vice, Michel Temer, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), assume de forma interina.

Já em 31 de agosto, o golpe parlamentar¹⁰ foi efetivamente dado. Foram 61 votos favoráveis, 20 contra e nenhuma ausência ou abstenção. A presidenta Dilma Rousseff estava impedida de seguir no cargo ao qual foi democraticamente eleita. Michel Temer é declarado oficialmente o novo presidente do Brasil.

Ainda no mesmo dia, o Senado Federal votou pela inelegibilidade de Rousseff. Foram 42 votos a favor, 36 contras e três abstenções, não alcançando os 54 necessários para que ela perdesse seus direitos políticos.

O autoritarismo teve grande influência nos acontecimentos políticos que levaram ao golpe parlamentar em 2016. Assim como em 1964, quando o Brasil

¹⁰ O Golpe Parlamentar acontece através de uma ruptura constitucional que se dá a partir do Poder Legislativo, sem a colaboração direta das Forças Armadas.

entrou em uma ditadura que durou 21 anos, o ódio pelo comunismo, um inimigo invisível que vem sendo utilizado como gatilho para possíveis reações conservadoras, estava presente. Schwarcz (2019, p. 187) defende que “a função da história é, assim, ‘deixar um lembrete’ sobre aquilo que se costuma fazer questão de esquecer” e, neste caso, o povo brasileiro não tem olhado para trás.

3. CONSIDERAÇÕES SOBRE AUTORITARISMO E POLÍTICA

Neste capítulo, será discutido o autoritarismo e seu contexto histórico. No Brasil, assim como também em outros países da América Latina, existe uma aproximação íntima entre política e autoritarismo. Isso influenciou ditaduras violentas e que fazem parte da história dessas nações. Em solo brasileiro, a ditadura civil-militar durou de 1964 até 1985, totalizando 21 anos com militares no poder.

3.1 Ideais autoritários e disposições do poder

Antes de aprofundar o contexto histórico no Brasil, é necessário contextualizar o autoritarismo. Entender esse ponto é importante para o restante do trabalho, já que é a partir dele que será possível discutir e analisar como o autoritarismo esteve presente no golpe parlamentar de 2016. Para Bobbio *et al* (1998), o autoritarismo se emprega em três diferentes contextos: as ideologias políticas, a estrutura dos sistemas políticos e as disposições psicológicas a respeito do poder.

Segundo Bobbio *et al*, a ideologia autoritária por si nega a igualdade entre todos, focando em princípios hierárquicos, defendendo regimes autoritários e valorizando componentes antidemocráticos e violentos. Normalmente é vista como uma resposta urgente para os problemas da sociedade, utilizando-se da força, física ou política, para lidar com as demandas da população, mesmo que esses atos ataquem diretamente a democracia ou tenham grandes chances de serem ineficazes.

O segundo contexto é o de um sistema político autoritário, como a ditadura civil-militar no Brasil. Um sistema onde a autonomia política é reduzida ou, muitas vezes, dissipada. As instituições contrárias ao governo são obrigadas a seguir as ordens do alto escalão ou são esvaziadas. Em sua maioria, elas ganham força em momentos de crise, sendo vistas como uma solução rápida contra um inimigo comum, mesmo que isso acabe por ferir valores democráticos. De acordo com Bobbio *et al* (1998):

Os regimes privilegiam a autoridade governamental e diminuem de forma mais ou menos radical o consenso, concentrando o poder político nas mãos de uma só pessoa ou de um só órgão e colocando em posição secundária as instituições representativas. (p. 94).

No âmbito psicológico, o autoritarismo está diretamente relacionado a uma personalidade formada por duas atitudes ligadas entre si, como afirma Bobbio *et al* (1998):

de uma parte, a disposição à obediência preocupada com os superiores, incluindo por vezes o obséquio e a adulação para com todos aqueles que detêm a força e o poder; de outra parte, a disposição em tratar com arrogância e desprezo os inferiores hierárquicos e em geral todos aqueles que não têm poder e autoridade. (p. 94).

Assim, é possível conceituar o autoritarismo como um sistema de liderança onde tem-se um representante, ou um grupo, munido do poder absoluto e autoritário. Detendo assim o poder central de todo um governo, criando as leis, decidindo as punições e diminuindo as liberdades. Para Schwarcz (2019), esse representante autoritário está diretamente ligado com os ideais patriarcais. Segundo a autora, a imagem de um presidente-pai nunca esteve tão presente. Esse líder, como afirma Schwarcz (2019, p.53), é um ser “autoritário e severo diante daqueles que se rebelam; justo e ‘próximo’ para quem o segue e compartilha das suas ideias”.

Isso pode acontecer de formas mais explícitas, como na ditadura civil-militar que durou 21 anos, ou de formas implícitas, nas violências diárias contra as minorias. O autoritarismo tem ganhado força no Brasil a partir de um saudosismo nacionalista pelos tempos de ditadura, da defesa da “família tradicional brasileira” e pelo patriotismo. Características essas utilizadas muitas vezes para pregar a divisão, como também para instigar o ódio através de discursos e ações políticas.

3.2 O autoritarismo através dos anos

É possível afirmar que o autoritarismo na política do Brasil não é um fenômeno novo, seja dentro de um governo ditatorial ou não. Schwarcz (2019) lembra que uma das primeiras marcas de autoritarismo no país está na figura dos bandeirantes, que foram vistos como heróis nacionais ao desbravar as matas, ampliando as fronteiras e “domando” indígenas entre os séculos XVI e XVIII. A autora ainda complementa que:

É esse passado que vira e mexe vem nos assombrar, não como mérito e sim tal qual fantasma perdido, sem rumo certo. O nosso passado escravocrata, o espectro do colonialismo, as estruturas de mandonismo e patriarcalismo, a da corrupção renitente, a discriminação racial, as manifestações de intolerância de gênero, sexo e religião, todos esses elementos juntos tendem a reaparecer, de maneira ainda mais incisiva, sob a forma de novos governos autoritários, os quais, de tempos em tempos, comparecem na cena política brasileira. (p. 184).

Outro momento histórico que fez do autoritarismo uma realidade tão presente hoje foi a escravidão. A abolição aconteceu somente em 13 de maio de 1888, sendo o Brasil o último país independente do continente americano a abolir a escravatura. Assim, o país delegou ao povo negro e indígenas um espaço à margem da sociedade. Isso definiu as desigualdades que são tangíveis hoje. Fez da raça e da cor marcadores que segmentam agora direitos fundamentais, como educação e segurança, como define Schwarcz (2019, p. 25):

Se a presença de negros em espaços de prestígio social já era basicamente vedada, ou muito dificultada pela escravidão, permaneceu bastante incomum no começo de nossa história republicana. Por isso, o sistema escravocrata só aparentemente restou fincado no passado. Tal configuração social, que levou à exclusão de boa parte da população das principais instituições brasileiras, produziu ainda um apagamento dos poucos intelectuais negros que haviam logrado se distinguir na época colonial e especialmente durante o Império. Também ocultou a formação de uma série de sociedades, associações e jornais comunitários negros, idealizados na Primeira República, que procuravam, na base da coletividade, lutar pela necessária inclusão social.

A desigualdade proveniente da escravidão formou a sociedade autoritária e hierárquica brasileira que se tem hoje. O Brasil é um dos países que mais mata

jovens negros e periféricos no mundo, segundo dados do Atlas da Violência 2020¹¹, estudo elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. A taxa de homicídios de negros (pretos e pardos) no Brasil foi de 40,2, enquanto a de não-negros (brancos, amarelos e indígenas) ficou em 16 por 100 mil habitantes. Os dados mais recentes sobre o assunto são de 2018. Schwarcz salienta que “tais taxas correspondem à ordem de grandeza da ‘guerra’ brasileira, o que nos autoriza a falar num ‘genocídio’ de jovens negros” (2019, p.27).

Já no final do século XIX e início do século XX, no período chamado de República Velha (1889-1930), os “coronéis” exerciam um poder local sobre os mais pobres e socialmente inferiores, a fim de garantir votos em troca de favores. A origem do coronelismo está ligada à criação da Guarda Nacional. Os grandes proprietários de terra que eram leais ao governo eram nomeados como coronéis, e ganhavam poder e influência em uma certa região. Essa forma sociopolítica de governar foi se desenvolvendo tanto nos meios rurais como nas cidades. A desigualdade da época foi combustível para o fortalecimento das oligarquias, resultando também na opressão dos mais pobres.

O voto de cabresto¹² ganhou força no regime do presidente Campos Sales (1902-1906), que via na troca de favores e votos uma forma de garantir o poder oligárquico, que retinha, o controle político e econômico da época. Esse passado se faz muito presente ao levar em conta a ideia de manutenção do poder, seja através da religião, do militarismo ou da família, como Schwarcz (2019) explica:

O “tempo de antes” transforma-se, facilmente, naquele da intimidade protetora de um grupo social fechado e estritamente hierarquizado; um léxico familiar de afetos, que une a figura do pai governante aos irmãos, filhos e amigos, numa comunidade de justos autoeleitos. (p. 185).

O coronelismo acabou por enfraquecer a partir da Revolução de 1930, com a implantação de uma nova forma de fazer política por Getúlio Vargas. O

¹¹ Compilado de dados e análises qualificadas sobre a criminalidade violenta no Brasil. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>. Acesso em: 27 abr. 2021

¹² Prática muito comum na República Velha, onde os votos eram comprados através de favores ou, até mesmo, da força.

fim das câmaras municipais e dos congressos estaduais geraram uma centralização do poder. Além disso, Vargas nomeou pessoas da sua confiança para exercerem o trabalho de interventores estaduais, equivalente aos governadores. Esses atos frearam o avanço vertiginoso das oligarquias e acabaram por diminuir o poder dos coronéis, embora ainda exista resquícios de ambos na política atual.

Antes mesmo da ditadura civil-militar, a política brasileira já trabalhava com um discurso muito familiar ao utilizado na campanha golpista contra a presidenta Dilma Rousseff. Em 3 de outubro de 1960, Jânio Quadros foi eleito presidente com 48% dos votos válidos. Na sua base eleitoral, Jânio contou com votos dos conservadores da União Democrática Nacional (UDN), que tinham um discurso anti-getulismo e contra seus possíveis sucessores, como Juscelino Kubitschek e João Goulart. Os apoiadores de Jânio Quadros cantavam “varre, varre, vassourinha”, fazendo referência à eliminação da corrupção na política brasileira, sendo corrupção uma das palavras mais presentes nos votos dos deputados federais a favor do impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, como apontado na nuvem de palavras (Figura 1). Seguindo essa mesma lógica, após a concretização do golpe contra a ex-presidenta em votação na Câmara dos Deputados, parlamentares cantaram o refrão “ai, ai, ai ai, ai ai ai, está chegando a hora, o dia já vem raiando, meu bem, e a Dilma já vai embora” em alusão à marchinha de carnaval da cantora e compositora Carmen Costa.

Os tempos de autocracia deixaram cicatrizes na democracia brasileira. Arantes (2010, p. 206) defende que “o fato é que ainda não acusamos suficientemente o golpe. Pelo menos não o acusamos na sua medida certa, a presença continuada de uma ruptura irreversível de época”. Esse episódio fica ainda mais visível quando se fala de possíveis narrativas pró-ditadura, muito utilizadas pela extrema-direita brasileira.

Assim, pode-se perceber que o Brasil tem o autoritarismo impregnado em sua sociedade desde muito cedo. Historicamente falando, esse conjunto de preceitos regeu as escolhas e as políticas no país desde sua época colonial, não sendo negado ou combatido pelas classes dominantes durante sua trajetória, ganhando até mesmo apoio civil e popular em alguns momentos, como durante a ditadura civil-militar.

3.3 Reflexões sobre a ditadura civil-militar no Brasil

Antes mesmo do golpe ser deflagrado em 1964, os militares já demonstravam sua sede por poder. Em 1961, os golpistas desempossaram o presidente João Goulart (Partido Trabalhista Brasileiro – PTB), que havia assumido a presidência após a renúncia de Jânio Quadros (Partido Trabalhista Nacional – PTN). Sua posse só foi endossada pelos militares e pelas elites conservadoras depois da aceitação por parte de Jango, como era conhecido João Goulart, de um regime parlamentarista, onde o Poder Executivo estaria subordinado ao Legislativo, limitando assim os poderes do presidente. A oposição alegava que ele tinha tendências políticas esquerdistas, e temiam uma possível ascensão do comunismo no Brasil.

Através de manobras políticas, Goulart aprovou um plebiscito que restituiu o presidencialismo no país. Entretanto, Jango seguiu sem ter apoio parlamentar suficiente para aprovações de projetos políticos. Sua saída foi utilizar as mobilizações populares para pressionar o Congresso Nacional. A economia seguiu se desgastando, aumentando os conflitos entre as classes. O Brasil passou por mais uma instabilidade institucional.

Para Arantes (2010), esse tipo de luta entre classes ocorre normalmente após certos períodos em que há melhoras nos padrões de vida dos que estão mais abaixo na cadeia social. Ele ainda afirma que “a história mostra que ninguém recua nos seus direitos e, nesses momentos, as populações beneficiadas costumam exigir os delas”. (p.189)

Uma parcela das pessoas defendia que o golpe militar seria uma saída para salvar a economia. Entre 1956 e 1961, no governo Juscelino Kubitschek (Partido Social Democrático – PSD), o país cresceu 7% ao ano. A partir de 1962, já durante o governo Jango, o crescimento perdeu ritmo e a inflação disparou, chegando a 80% ao ano em 1963. Segundo CARVALHO (2006), uma vertente ainda defendia o golpe e o autoritarismo como solução econômica para o país. “Eram necessários para restabelecer a capacidade nacional de poupar, retomar o investimento e recuperar o ritmo de crescimento econômico paralisado desde 1962” (2006, p. 120)

O governo buscou nas Forças Armadas apoio político, mas esse ato foi o estímulo necessário para o avanço do militarismo. Em 1964, houve mais uma polarização na sociedade, a classe média e as elites pediram por soluções mais firmes e o movimento golpista avançou.

3.3.1 Década de 60

Após a marcha das tropas do general Olímpio Mourão Filho até o Rio de Janeiro em 31 de março de 1964, o congresso declarou a presidência vaga, em 2 de abril, e quem assumiu interinamente foi o então presidente da Câmara Ranieri Mazzilli (MDB). Em 9 de abril o golpe é institucionalizado através do primeiro Ato Institucional (AI). O AI-1 determinava que o governo militar poderia cassar mandatos legislativos, suspender os direitos políticos (por dez anos) ou afastar do serviço público todo aquele que pudesse ameaçar a segurança nacional. Dois dias depois, em 11 de abril, o marechal Humberto de Alencar Castello Branco, da Aliança Renovadora Nacional (Arena), é eleito o primeiro presidente militar por um colégio eleitoral.

O mandato de Castello Branco durou de 1964 a 1967. Ele ainda instaurou os Atos Institucionais nº 2, 3 e 4 (AI-2, AI-3 e AI-4). O primeiro, em 27 de outubro de 1965, dissolveu os partidos políticos e tornou a eleição para presidência um processo indireto, tirando o poder de escolha do povo. Além disso, o ato criou dois grupos políticos: a Aliança Renovadora Nacional (Arena), que reuniu os governistas, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que continha as oposições consentidas. O segundo, em 5 de fevereiro de 1966, tornou indiretas também as eleições para governadores. Em março do mesmo ano protestos ocorreram em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, além de duas bombas que explodiram em Recife. O terceiro, baixado em 7 de dezembro de 1966, convocava o Congresso Nacional para a votação de um projeto para revogar definitivamente a Constituição de 1946.

Ainda em 1966, em 3 de outubro, o marechal Artur da Costa e Silva (Arena) foi eleito presidente do Congresso. Assim, os militares seguiram espalhando seu poder.

Em 15 de março de 1967, Costa e Silva tomou posse como presidente. Em seu mandato, a oposição passou a se organizar mais fortemente. Houveram greves e o crescimento de diversos movimentos sociais, principalmente os estudantis. A esquerda passou a criar guerrilhas urbanas armadas a fim de enfrentar a ditadura. O governo radicalizou as medidas repressivas usando como justificativa o enfrentamento contra a oposição.

Já em 1968, a violência e as manifestações da oposição cresceram durante o ano. Isso levou o governo a baixar o Ato Institucional nº 5 (AI-5) em 13 de dezembro, que censurou a imprensa e motivou a prisão e deportação de diversas pessoas. Schwarcz (2019) relembra que esse foi um dos atos mais impositivos por parte do governo ditatorial, que iniciou destituindo um governo legitimamente eleito e seguiu suspendendo direitos, chegando a ameaçar a liberdade de expressão dos brasileiros com o AI-5, permitindo a ampliação da repressão policial-militar. Os militares chamavam de ato institucional qualquer decreto necessário para legitimar suas decisões. Esse é o início dos chamados “anos de chumbo”¹³.

Em agosto do ano seguinte Costa e Silva adoece e uma junta militar formada por três ministros militares: almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewald, da Marinha; general Aurélio de Lira Tavares, do Exército; e major-brigadeiro Márcio de Souza Mello, da Aeronáutica. Em 17 de outubro, sob comando da Junta Governativa Provisória, uma nova Constituição foi promulgada, endurecendo ainda mais o regime ditatorial. Em 30 de outubro de 1969, o general Emílio Garrastazu Médici (Arena) foi eleito pelo congresso e assumiu a presidência.

Em 4 de novembro do mesmo ano, Carlos Marighella, líder da Ação Libertadora Nacional (ALN)¹⁴, foi morto em uma emboscada em São Paulo. Para Arantes (2010, p. 208), “algo se rompeu para sempre quando a brutalidade rotineira da dominação, pontuada pela compulsão da caserna, foi repentinamente substituída pelo terror de um Estado delinquente de proporções

¹³ Período mais repressivo da ditadura civil-militar no Brasil, ele compreende o fim de 1968, com a baixa do AI-5, até março de 1974, com o final do governo Médici. Neste espaço de tempo, houve um aumento de desaparecimentos e mortes de militantes e pessoas envolvidas em atividades consideradas subversivas pelo governo.

¹⁴ Uma organização de esquerda formada em 1967 para enfrentar a ditadura civil-militar brasileira. Armados, realizaram assaltos a banco para financiar a guerrilha e sequestros de figuras públicas com o objetivo da liberação de militantes presos.

inauditas”. Durante a ditadura civil-militar, o autoritarismo usou de uma ideologia de Segurança Nacional para dominar e sangrar o país, se utilizando do poder como forma de repressão em uma luta invisível contra uma ameaça que nem chegou a existir.

3.3.2 Década de 70

Os anos 70 começaram com uma promessa de uma década melhor. O início do “milagre econômico”, que ocorreu às custas de um aprofundamento das desigualdades e de uma maior concentração de renda, trouxe tempos áureos para o país, com um maior desenvolvimento e captação de recursos e financiamentos externos. Estradas, portos, rodovias, ferrovias e, até mesmo, hidrelétricas tiveram investimentos em suas infraestruturas, gerando milhões de empregos e crescimento de 12% ao ano do Produto Interno Bruto (PIB) do país. Em 21 de junho do mesmo ano, a seleção brasileira se sagrou tricampeã da Copa do Mundo no México. A conquista serviu como instrumento do regime militar para estimular o patriotismo. A canção “Pra frente Brasil” foi cantada pelo país inteiro e tornou-se um hino para os brasileiros desta edição, a primeira transmitida ao vivo pela televisão. A década de 70 foi uma época de amor à pátria e ódio contra aqueles que não compartilhavam do mesmo espírito patriótico, como explica Pinto (2006, p.87):

Empenhados em reforçar as boas intenções do regime, os militares inauguram um período de campanhas ufanistas. Época do “Brasil Grande”. Surgem slogans como “Ninguém segura este país”, “Brasil, ame-o ou deixe-o”, onde “amar” era sinônimo de aceitação do arbítrio institucionalizado e “deixe-o”, justificativa para as prisões e o exílio - forçado ou voluntário – a que centenas de pessoas foram submetidas.

Diferente do que o início da década desenhava para os próximos anos, sua continuidade não foi de alegria, avanços e vitórias. Em setembro de 1970, foram criados os Destacamentos de Operações de Informação (DOIs), instrumentos de controle de informação e coibição aos opositores do regime. O mandato de Médici ficou marcado por exílios, prisões, desaparecimentos e torturas de civis. A brutal repressão militar-policial fez parte da rotina dos

brasileiros. A censura restringiu manifestações culturais e artísticas e, no fim do governo Médici, em 1974, as organizações de luta armadas opositoras foram dissipadas.

Schwarcz (2019) afirma que, em diversos momentos da história do país, o autoritarismo foi justificado como forma de prezar pela segurança nacional. “O problema é que, nessas horas de pico na temperatura política, os direitos dos brasileiros costumam ser vilipendiados, bem como a própria norma democrática” (2019, p. 188). Durante a ditadura, a população viu sua liberdade ser cada vez mais soterrada em inúmeras leis de exceção autoritárias.

Em 20 de janeiro 1971, o ex-deputado federal Rubens Paiva (Partido Trabalhista Brasileiro – PTB), foi preso dentro de sua própria casa. Ele se posicionou contra o golpe militar na madrugada do dia 1º de abril de 1964, convocando estudantes e sindicalistas para uma resistência em favor de João Goulart, tendo seu mandato cassado imediatamente pela ditadura. Paiva se exilou na Iugoslávia, hoje Sérvia, e na França. Voltou ao país no ano seguinte, se mudando de São Paulo para o Rio de Janeiro. Segundo a versão mais aceita, o ex-deputado foi torturado até a morte e depois teve seu corpo jogado em um rio na região serrana da capital carioca. Em depoimento à Comissão Nacional da Verdade, em março de 2014, o coronel reformado Paulo Malhões confirmou a tortura e a morte de Paiva, como consta na “Nota oficial sobre a morte do coronel Paulo Malhões”¹⁵:

O coronel Paulo Malhões prestou depoimento à Comissão Nacional da Verdade em 25 de março. No testemunho, deu sua versão sobre operação do Exército para desaparecer com os restos mortais do deputado federal Rubens Paiva. (2014).

Ainda em 1971, em 17 de setembro, Carlos Lamarca foi morto em Ipujiara, no interior da Bahia. Ele foi fuzilado durante ação da Operação Pajuçara¹⁶ após ser considerado o inimigo número um do regime em certo

¹⁵ Um mês após seu depoimento admitindo a realização de torturas durante o regime militar, o coronel Paulo Malhões foi encontrado morto em sua casa. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/04/coronel-que-admitiu-participar-de-tortura-e-encontrado-morto-no-rj.html>>. Acesso em: 3 mai. 2021.

¹⁶ Iniciada em agosto de 1971, foi uma das operações mais violentas da história da ditadura, com torturas e assassinatos em praça pública.

momento, sendo fortemente perseguido. Ainda muito jovem, Lamarca entrou para a carreira militar. Em 1967, foi promovido a capitão. Dois anos depois, junto com um grupo de militares do 4º Regimento de Infantaria, desertou levando 63 fuzis e metralhadoras que serviram para luta armada contra ditadura. Lamarca participou do sequestro do embaixador suíço Giovanni Bucher, em 1970, resultando na libertação de 70 presos políticos dos porões da ditadura, além de vários assaltos a bancos para financiar as ações do grupo armado. Além disso, realizou treinamentos militares para preparação das guerrilhas urbanas.

Em janeiro do ano seguinte, o exército descobriu a base de treinamento da guerrilha organizada do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) na região do Araguaia, sul do Pará. Segundo Teles (2010), o exército suspendeu o combate direto contra a Guerrilha do Araguaia, passando a trabalhar com infiltrados, além da busca por informações através da tortura. Tudo era feito de forma velada, já que não interessava a divulgação de uma guerrilha tão organizada e patrocinada por comunistas. Somente no ano seguinte o grupo de guerrilheiros foi reconhecido oficialmente.

O modelo econômico de Médici gerou grandes avanços, porém acabou junto com o seu mandato. A dívida externa acumulada bloqueou os investimentos do Estado. Mesmo assim, dada a estabilidade política e econômica do seu governo, o então presidente pode escolher seu sucessor. O general Ernesto Geisel (Arena) assumiu a presidência em 15 de março de 1974. Com o fim do “milagre econômico”, a economia interna foi fortemente impactada. Geisel previu que a permanência dos militares no poder indefinidamente iria trazer grandes custos políticos e financeiros para o país. Em 29 de agosto, o presidente iniciou um processo lento, gradual e seguro em direção à redemocratização. Concomitante a isso, o MDB conquistou vitórias significativas nas eleições gerais de novembro do mesmo ano. Esse movimento não agradou a ala radical dos militares, denominados de “linha dura”¹⁷, que ensaiaram uma tentativa de golpe em resistência à política de liberalização.

¹⁷ A expressão começou a ser empregado após o golpe de 1964 em referência aos militares radicais que defendiam o endurecimento do regime e, em sua grande maioria, controlavam o sistema repressivo de forma indisciplinada e sem escrúpulos

Em 24 de outubro de 1975, o jornalista Vladimir Herzog foi convocado a sede do Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) para prestar depoimento sobre sua conexão com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que atuava de forma ilegal durante a ditadura. Vlado, como era conhecido, compareceu espontaneamente, onde ficou preso com outros dois jornalistas, Rodolfo Oswaldo Konder e George Benigno Jatahy Duque Estrada. Na manhã seguinte, Herzog negou qualquer tipo de ligação com o PCB. Os outros dois jornalistas foram levados para um corredor e ouviram a solicitação do uso de uma máquina de choques elétricos. Um rádio com volume alto foi ligado para abafar qualquer som vindo da sala. A versão oficial apresentada pelos militares foi a de que Vladimir Herzog teria se suicidado com um cinto, tendo a foto do suposto enforcamento amplamente divulgada. Em 1978, Harry Shibata, legista responsável pelo laudo da necropsia e diretor do Instituto Médico Legal de São Paulo (IML/SP), confirmou que assinou o documento sem examinar ou ver o corpo.

No início de 1976, em 15 de janeiro, o operário Manoel Fiel Filho foi preso na fábrica onde trabalhava sob a acusação de fazer parte do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e levado ao DOI-Codi. No dia seguinte, uma nota foi emitida pelos órgãos de segurança afirmando que o trabalhador havia se enforcado na cela utilizando as próprias meias para isso. Segundo os colegas de fábrica, Manoel usava chinelos sem meias quando foi preso. Após a liberação do corpo para ser enterrado, os familiares perceberam sinais de torturas, principalmente nos pulsos e no pescoço. O laudo da necropsia assinado pelos legistas José Antônio de Mello e José Henrique da Fonseca confirmou a versão oficial do suicídio. Esses atos de violência e autoritarismo ganharam fôlego e passaram a pressionar o governo, criando inimizades entre os próprios militares, como afirma Cunha (2010, p. 31):

As fissuras entre as facções militares já não conseguiam ocultar episódios significativos que escudavam a erosão do regime, como a morte de Vladimir Herzog, seguida do assassinato de Manoel Fiel Filho, fato último que resultou na demissão do general Ednardo D'Ávila Mello da chefia do II Exército.

A demissão do general Ednardo D'Ávilla Mello e as evidências de um autoritarismo violento cada vez mais crescente e desenfreado desmoralizaram os militares da ala mais repressiva. A redemocratização e uma abertura política se fizeram cada vez mais necessárias.

Ainda no ano de 1976, em 22 de setembro, o bispo Dom Adriano Hypólito foi sequestrado, espancado e abandonado nu em um matagal de Jacarepaguá com o corpo todo pichado de vermelho. Seu carro foi levado para frente da sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)¹⁸ e explodido. Crítico do regime autoritário e defensor dos direitos humanos, o religioso foi taxado como um “bispo vermelho”, em alusão ao comunismo, pelos militares da “linha dura”.

O avanço da oposição era uma realidade. O MDB ganhou espaço nas eleições de 1974 e 1976, o que chamou atenção dos militares. Em abril de 1978, Geisel lançou o Pacote de Abril, em uma tentativa de frear a ascensão da oposição e uma possível ruptura. O pacote adiou as eleições indiretas para governadores para 1982; aumentou o colégio eleitoral dos estados menores, com predominância da Arena; criou a campanha “surda-muda”, onde os candidatos poderiam apresentar um resumo do currículo com uma foto três por quatro; e determinou que um terço dos senadores seriam escolhidos pela presidência e eleitos através do voto indireto. Esses senadores foram chamados, de forma pejorativa, de “senadores biônicos”¹⁹, por garantirem a hegemonia autoritária militar ao serem agentes do governo.

Os políticos biônicos já existiam muito antes do Pacote de Abril. Desde o governo Médici, governadores e outros políticos eram escolhidos de uma forma bem direta: a partir da sua “boa conduta” em relação ao regime ditatorial. Mesmo selecionados pelos militares, não deixavam de flertar com a corrupção, como lembra Schwarcz (2019) sobre o caso Luftalla, que aconteceu em 1979 e teve o envolvimento do governador paulista Paulo Maluf. O político obteve de forma ilícita um grande empréstimo para empresa da sua esposa, que estava em

¹⁸ Instituição permanente que congrega os Bispos da Igreja católica no país.

¹⁹ O termo alude a uma série norte-americana “O homem de 6 milhões de dólares”, onde o protagonista passa a trabalhar para o governo após ganhar poderes biônicos através de uma cirurgia milionária para salvar sua vida. No Brasil, o seriado era transmitido pela Rede Bandeirantes.

processo de falência, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE).

Os anos de 1977 e 1978 foram marcados pelo crescimento da oposição, a ascensão do movimento estudantil e reorganização dos movimentos sociais. Foram diversas as manifestações e greves que enfraqueceram o poder civil da ditadura. Em outubro de 1978, o governo tira a capacidade do presidente de fechar o Congresso Nacional e de cassar direitos políticos, suspende a censura prévia e restitui o *habeas corpus*²⁰. Sendo esse último a origem de uma redemocratização ainda no regime ditatorial, como explica Teles (2010, p. 308):

O corpo incluído na lei acentua sua própria exclusão da lei com o corpo ausente do desaparecido político, o corpo violentado da vítima de tortura, o da testemunha imolada pelas incompreensíveis narrativas do trauma, e mantém-se hoje inscrito nas salas de tortura das delegacias e nos corpos matáveis pelas balas perdidas.

Dessa forma, o cidadão passa a ter direito legal sobre o próprio corpo, garantindo a segurança pessoal ao obrigar o Estado, perante lei, a guardar sua individualidade. Com a diminuição da repressão, além da restauração do *habeas corpus*, o AI-5 chega ao fim na meia-noite do dia 31 de dezembro de 1978. Geisel escolhe como seu sucessor o general João Baptista de Oliveira Figueiredo (Arena/PPS).

A partir de 1979, sob o comando de Figueiredo, o Brasil passou a caminhar na direção da democracia novamente, mesmo que o fim da ditadura tenha acontecido somente em 1985. Essa transição ocorreu de forma turbulenta e demorada. O regime autoritário perdeu legitimidade e foi se desgastando politicamente dia após dia. Setores mais radicais das Forças Armadas promoveram atos terroristas na tentativa de amedrontar a sociedade e frear a redemocratização. Ao menos três bombas explodiram ao longo do ano e diversas bancas de jornais sofreram atentado.

²⁰ Ação judicial com o objetivo de proteger o direito de liberdade de locomoção lesado ou ameaçado por ato abusivo de autoridade

Em 13 de março, metalúrgicos do ABC Paulista²¹ decretaram greve geral e três sindicatos, um deles então liderado por Luiz Inácio “Lula” da Silva, foram colocados sob intervenção. Essa é a primeira greve geral no país desde 1968. Os trabalhadores reivindicavam um aumento salarial de 78,1%. O movimento trabalhista durou duas semanas, nas quais os sindicatos enfrentaram forte repressão militar. A greve foi suspensa por 45 dias para negociações com as empresas, que concederam um reajuste de 63%, maior conquista trabalhista da época. Cerca de 200 mil trabalhadores participaram do movimento.

Em 28 de agosto, Figueiredo sanciona a Lei da Anistia, permitindo o retorno de milhares de exilados políticos ao mesmo tempo que concedeu perdão para aqueles que cometeram crimes políticos durante a ditadura. Ao mesmo tempo, a lei reconheceu como mortos os desaparecidos políticos e estabeleceu indenização aos seus familiares. A lei desagradou os movimentos de oposição que pediam por uma anistia mais “ampla, geral e irrestrita”, contemplando os guerrilheiros que praticaram atos terroristas em nome da luta contra a ditadura. O que não aconteceu. Os guerrilheiros condenados por crimes contra a vida humana não foram beneficiados. Em contrapartida os agentes de repressão envolvidos em assassinatos e torturas em nome do Estado foram perdoados. Piovesan (2010) defende que é inadmissível que a tortura seja considerada um crime político, podendo ser anistiado e esquecido. Para a autora:

O crime de tortura viola a ordem internacional e, por sua extrema gravidade, é insuscetível de anistia ou prescrição. A tortura é crime de lesa-humanidade, considerado imprescritível pela ordem internacional. Demanda do Estado o dever de investigar, processar, punir e reparar a violação perpetrada, assegurando à vítima o direito à justiça e o direito à prestação jurisdicional efetiva. (p. 100).

Já Arantes (2010), defende que a Lei da Anistia normalizou a violência política, e assim “a ditadura redescobrirá seu destino: o Estado de emergência econômica permanente. Tudo somado, uma reminiscência de guerra” (p. 228). A anistia viola diretamente as diretrizes que regem os direitos humanos. Essa normalização reflete diretamente na forma com o que o autoritarismo ganha

²¹ Região tradicionalmente industrial da Região Metropolitana de São Paulo. A sigla vem das três cidades que, originalmente, formavam a região, sendo: Santo André (A), São Bernardo do Campo (B) e São Caetano do Sul (C). Por vezes, Diadema (D) é incluída na sigla, que fica ABCD.

espaço e forma. É possível afirmar que, levando em conta a Lei da Anistia de 1979, os militares não tentaram sequer impor uma punição legal às Forças Armadas por toda violência e repressão da ditadura.

Em novembro de 1979, o governo pôs fim ao bipartidarismo. A Arena passou a ser Partido Democrático Social (PDS) e o MDB passou a ser Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Consolidando a redemocratização e abrindo caminho para novos partidos políticos.

A década de 1970 foi a mais violenta da ditadura civil-militar. É importante salientar que houve diversos casos de assassinatos de pessoas que não tinham ligações diretas com grupos comunistas, como o jornalista Vladimir Herzog e o ex-deputado federal Rubens Paiva anteriormente citados. Casos como esses levantam dúvidas contra a argumentação, normalmente vinda de uma vertente mais conservadora e à direita no espectro político, de que não se pode julgar os agentes do Estado pelos crimes realizados durante a ditadura, já que lutavam uma guerra contra uma “ameaça comunista”. Mesmo que fosse totalmente verdade, esse pensamento não faz nenhum sentido, como explica Safatle (2010, p. 249):

Mesmo em uma situação de guerra (o que não era o caso, mas podemos assumir o argumento apenas para mostrar como seus defensores perdem o jogo no tabuleiro que eles mesmos escolhem), se integrantes do Exército deliberadamente assassinam inocentes, eles são processados.

Essa defesa do indefensável e a tentativa de diminuir os crimes da ditadura alimentam o autoritarismo como modo de fazer política, o que acaba por tornar a violência uma forma de poder que nunca será criminalizada. “A Era da Impunidade que irrompeu desde então pode ser uma evidência de que essa tecnologia de poder e governo também não pode mais ser desinventada”. (ARANTES, 2010, p. 208). A banalização do uso da força, não somente a física, reflete hoje nos números da violência contra mulheres, LGBTQI+s, negros e jovens da periferia. Estes últimos são alvos de uma violência policial que ataca com mais frequência do que durante a ditadura civil-militar. São sequelas da impunidade com todos aqueles que torturaram e mataram durante os anos de militarismo no Brasil. Scwarcz (2019, p. 127) explica que “não é o fato de ter

havido e haver tortura que ficou recalcado, e sim a convicção de que ela é intolerável. O argumento da tortura como mal necessário parece convincente ainda a grandes parcelas da população brasileira”. Assim como a política rege todas as relações, o autoritarismo não ficou apenas na história.

3.3.3 Década de 80

Os anos 80 foram marcados pela diminuição da repressão militar e uma abertura democrática cada vez maior. Com o fim do bipartidarismo, alguns partidos trocaram de sigla, outros foram criados. Em 10 de fevereiro de 1980, o Partido dos Trabalhadores (PT) foi fundado por militantes de oposição, intelectuais, artistas, ex-presos políticos, exilados, sindicalistas e católicos ligados à teologia da libertação. Entre um dos principais nomes responsáveis pela criação do PT estava Luiz Inácio “Lula” da Silva. Desde o início, o partido defende o socialismo democrático.

Outro importante partido opositor à ditadura fundado na época foi o Partido Democrático Trabalhista (PDT), que foi criado pelo político Leonel Brizola ainda durante seu exílio em Lisboa, Portugal, em junho de 1979. O PDT é alinhado às ideologias trabalhista e da social-democracia.

Mesmo com o surgimento de novos partidos, a organização de sindicatos e de grupos estudantis, a redemocratização não era bem-vista por parte da ala mais conservadora das Forças Armadas. Em 30 de abril de 1981, uma bomba explodiu por acidente no estacionamento do Riocentro²², frustrando um atentado contra o evento de Dia do Trabalhador. O acidente matou um militar e feriu outro. A ação da “linha dura” não foi devidamente investigada pelo governo. “Os responsáveis, alguns deles identificados, não foram punidos e seguiram suas carreiras, com algumas restrições, até a reforma”. (CUNHA, 2010, p. 31).

Em 15 de novembro de 1982, aconteceu a primeira eleição direta para governador desde o início do regime militar. Cerca de 48 milhões de eleitores vão às urnas. Leonel Brizola (PDT) é eleito governador do Rio de Janeiro. O

²² Centro de convenções localizado no bairro da Barra da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro.

PMDB vence no Paraná, São Paulo e Minas Gerais. Já em 1983, em 2 de março, o deputado federal pelo Mato Grosso, Dante de Oliveira (PMDB), através de uma emenda constitucional, pede por eleições diretas para presidência. A partir deste ato, as manifestações e comícios cresceram pelo país na busca por uma eleição direta para o cargo mais importante do Executivo. O movimento a favor das eleições diretas foi idealizado pelo senador alagoano Teotônio Vilela (PMDB) no programa Canal Livre da Rede Bandeirantes. Em novembro, iniciou-se a campanha das “Diretas Já”²³.

O povo foi às ruas em manifestações e comícios por todo o país em 1984. Entre os principais protestos estão os que ocorreram em 25 de janeiro, na Praça da Sé, na capital paulista, que movimentou mais de 300 mil pessoas; os de 24 de fevereiro, onde 400 mil pessoas foram até a Praça da Rodoviária, em Belo Horizonte, Minas Gerais; o Comício da Candelária, que ocorreu na capital carioca e levou um milhão de pessoas para as ruas em 10 de abril; e a passeata da Praça da Sé até o Vale do Anhangabaú, que aconteceu em 16 de abril, na cidade de São Paulo, e contou com a participação de um milhão e 500 mil pessoas, sendo a segunda maior manifestação pública da história do país, superada apenas pelos protestos de 13 de março de 2016, que reuniu cerca de três milhões de pessoas contra e a favor do impeachment de Dilma Rousseff.

Ainda em 1984, em 25 de abril, a emenda das Diretas foi levada ao plenário para votação. O projeto obteve 298 votos a favor, 65 contra e três abstenções. Sendo assim, a emenda foi rejeitada por não alcançar os 310 votos necessários. Não compareceram ao pleito 112 deputados. O que se iniciou em 1974, como uma abertura “lenta, gradual e segura”, levou quase uma década para se concretizar com a eleição de um civil para presidência do país, mesmo que de forma indireta, através de um Colégio Eleitoral.

Em 15 de janeiro de 1985, o candidato da oposição, Tancredo Neves (PMDB), venceu o candidato Paulo Maluf (PDS) com o apoio dos dissidentes da ex-Arena. Mesmo perdendo capital político, os militares tiveram poder o suficiente para negociar os termos ao sair do governo, como explica Zaverucha (2010):

²³ Movimento civil que reivindicou, entre 1983 e 1984, eleições presidenciais diretas no Brasil.

Tancredo Neves negociou com os militares sua candidatura. Paulo Maluf, candidato presidencial derrotado por Tancredo no Colégio Eleitoral, confirmou a existência de um acordo secreto entre Tancredo e o então ministro do Exército, general Walter Pires, sobre a transição. (p. 44).

O primeiro presidente civil após anos de autoritarismo se alçou ao poder através de uma negociação com os militares. Entretanto, um dia antes de tomar posse do cargo, Tancredo foi hospitalizado em estado grave. Seu vice, José Sarney (PMDB), assumiu a presidência do Brasil, em 15 de março, colocando fim a um regime ditatorial que lançou sombras sobre o país durante 21 anos. Tancredo Neves faleceu em 21 de abril, aos 75 anos, de complicações recorrentes a uma cirurgia de apendicite aguda.

O regime autoritário ceifou vidas e direitos durante os anos de 1964 e 1985. Através de uma doutrina de Segurança Nacional, torturou, sequestrou, matou e exilou diversos civis que não concordavam com a forma de fazer política dos militares. Segundo relatório da Comissão Nacional da Verdade²⁴, 191 pessoas foram mortas e 243 desapareceram durante o regime militar. Além disso, segundo estimativa da Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República, aproximadamente 20 mil pessoas foram torturadas. Arantes (2010) defende que a herança autoritária que sem tem hoje é um reflexo do que foram os anos de ditadura:

O que resta da ditadura não são patologias residuais, contas a pagar em suma, mesmo o acerto com a impunidade é ele mesmo um imperativo barrado por um bloco histórico com dinâmica própria, porém em estrita continuidade com tudo aquilo que, até então impensável, uma era de plenos poderes tornou possível e afinal realizou quando o capitalismo tomou o rumo predador financeirizado que se sabe. (p. 227).

A soma dos 21 anos de regime ditatorial ao mandato de cinco anos de um presidente eleito de forma indireta, e que deveria ter assumido apenas de forma interina, trazem um resultado preocupante: o brasileiro ficou sem decidir seu líder

²⁴ Criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012, tem por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Foi fundada pela presidenta Dilma Rousseff.

máximo de forma direta durante 26 anos. Assim, em 15 de março de 1990, Fernando Collor de Mello (Partido da Reconstrução Nacional – PRN) foi escolhido pelo povo como presidente através do voto popular. Sua campanha era fundada na “caça aos marajás”, funcionários públicos que, por meio de processos fraudulentos, acumulavam riquezas e benefícios exorbitantes.

Foi também através do povo que ele renunciou ao cargo. Após pouco mais de um ano no poder, diversas denúncias de irregularidades envolvendo pessoas próximas a Collor, como ministros, amigos e a primeira-dama, Rosane Collor, começaram a surgir na imprensa. Segundo Schwarcz (2019), os slogans utilizados pelos manifestantes ligavam ele diretamente à figura dos marajás, políticos que enriqueciam de forma ilícita e rápida, aos quais prometera combater durante sua campanha.

Com apoio popular, uma Comissão Parlamentar de Inquérito²⁵ foi instalada, apurando os crimes de responsabilidade do presidente. Em 29 de setembro de 1992, o processo de impeachment é aprovado em votação na Câmara dos Deputados, totalizando 441 votos a favor e 38 contra. Todo esse processo foi impulsionado pelas ruas, com o movimento dos Caras-Pintadas²⁶. Após o afastamento temporário até a votação no Senado Federal, Collor renunciou ao cargo de presidente antes de ser condenado. Seu vice, Itamar Franco (Partido da Reconstrução Nacional – PRN), assumiu a presidência.

É possível afirmar que o autoritarismo oriundo da época da ditadura nunca deixou de existir, apenas se transformou, ganhando espaço o suficiente para tomar decisões importantes em uma nação que preza por sua democracia, como o impeachment de uma presidenta democraticamente eleita.

²⁵ Comumente conhecida como CPI, é uma investigação conduzida pelo Legislativo onde são ouvidos depoimentos de diversas pessoas envolvidas.

²⁶ Movimento estudantil brasileiro que tomou as ruas em 1992 com o objetivo de lutar pelo impeachment do presidente Fernando Collor de Mello.

4. AUTORITARISMO E GOLPE EM “O PROCESSO”

Neste capítulo, será realizada uma análise fílmica das imagens do documentário “O Processo”, que aborda os bastidores do golpe parlamentar imposto a presidenta Dilma Rousseff em 2016, a fim de compreender e relacionar como o autoritarismo e o militarismo, resquícios da ditadura civil-militar, estiveram presentes e contribuíram nas decisões políticas que concretizaram o golpe parlamentar de 2016.

4.1 O documentário “O Processo”

Lançado mundialmente em 21 de fevereiro de 2018, sob a direção de Maria Augusta Ramos, o longa possui 2 horas e 17 minutos e recebeu três indicações no ano de 2018, vencendo na categoria “Melhor Longa-Metragem” no Festival de Visions du Réel, Suíça, e como “Melhor Longa-Metragem – Júri Silvestre e do Público” no Festival IndieLisboa, em Portugal. Além disso, ficou em terceiro lugar como “Melhor Documentário – Prêmio do Público” no Festival de Berlim, na Alemanha, onde teve sua estreia mundial.

O filme tem sua narrativa construída durante todo processo de julgamento do impeachment. As imagens daquela época adquiriram novos significados em 2018, com Michel Temer no poder e, então, às vésperas de uma nova eleição. Mesmo sem saber o final da história, o impeachment da ex-presidenta já era algo esperado. A documentarista passou a coletar imagens dos bastidores do Congresso durante todo processo. Além de Dilma Rousseff, o filme traz outras figuras importantes, como José Eduardo Cardozo²⁷, Gleisi Hoffmann²⁸, Lindbergh Farias²⁹ e Janaína Paschoal³⁰.

A cineasta e diretora Maria Augusta Ramos nasceu em Brasília no ano de 1964. Formada em música pela Universidade de Brasília (UnB), mudou-se para Paris, na França, onde concluiu seus cursos de musicologia e música

²⁷ Advogado-geral da União, responsável por defender Dilma Rousseff.

²⁸ Senadora pelo PT-PR.

²⁹ Senador pelo PT-RJ.

³⁰ Jurista e uma das responsáveis pelo início do processo, ao lado dos juristas Hélio Bicudo e Miguel Reale.

eletroacústica no grupo de pesquisas musicais *Radio France* e, mais tarde, na *City University* em Londres, na Inglaterra. Em 1990, se mudou para Holanda, onde estudou direção e edição na Academia Holandesa de Cinema e Televisão.

Como diretora esteve à frente de diversos curtas-metragens. Em 1998, dirigiu uma série de episódios do documentário de média-metragem "*Butterflies in Your Stomach*" para a TV holandesa. Além disso, produziu e dirigiu os longas-metragens "Brasília, Um Dia em Fevereiro" (1995), vencedor do prêmio do júri no Festival de Documentários do Rio de Janeiro "É Tudo Verdade"; "Desi" (2000), primeiro lugar no IDFA, mais importante festival de documentários da Holanda; "Justiça" (2004), ganhador de 9 prêmios internacionais; e "Juízo" (2008), filme que trata do sistema judiciário brasileiro. Maria Ramos tem como marca do seu trabalho documental o formato de cinema direto, o mesmo utilizado em "O Processo".

A diretora utiliza-se do cinema direto³¹ como forma de produzir o filme, acompanhando os bastidores como uma observadora, alguém que retrata a realidade para aqueles que não estão lá presentes.

Para Puccini (2012, p. 15), "o documentário é também resultado de um processo criativo do cineasta, marcado por várias etapas de seleção, comandadas por escolhas subjetivas desse realizador". Escolhas essas que resultaram na concepção final da produção que chega aos espectadores.

Para Nichols (2005), o documentário conta a história do cineasta, do filme e do público que assiste e tem sua interpretação. Sendo assim, pode-se afirmar que o cinema direto em "O Processo" retrata o golpe parlamentar na ótica de Maria Augusta Ramos, levando em conta suas influências e narrativas pessoais. O ponto de vista do autor é o fio condutor de um documentário, como afirma Nichols (2005):

A voz do documentário pode defender uma causa, apresentar um argumento, bem como um ponto de vista. Os documentários procuram nos persuadir ou convencer, pela força de seu argumento, ou ponto de vista, e pelo atrativo, ou poder de sua voz (p. 73).

³¹ Conceito que surgiu no final dos anos 50 e refere-se a uma forma de fazer documentário retratando a realidade através de uma reprodução direta daquilo que está acontecendo.

Durante o filme, a autora dá espaço para aqueles que lidaram com o processo mais diretamente, como José Eduardo Cardoso, então advogado-geral da União, Janaína Paschoal, uma das juristas responsáveis pelo início do processo, e Gleisi Hoffmann, então senadora. No documentário, assim como no golpe parlamentar, Michel Temer fica apenas nos bastidores.

4.2 Sobre a análise de “O Processo”

Realizar uma análise fílmica, de acordo com Vanoye e Goliot-Lété (1994), é dividi-lo em partes menores, para que estas possam ser analisadas individualmente. Dessa maneira, é possível perceber características e acontecimentos que passariam despercebidas quando vemos a obra como um todo. Os autores explicam que analisar um filme é:

Despedaçar, descosturar, desunir, extrair, separar, destacar e denominar materiais que não se percebem isoladamente “a olho nu”, uma vez que o filme é tomado pela tonalidade. Parte-se, portanto, do texto fílmico para “desconstruí-lo” e obter um conjunto de elementos distintos do próprio filme. (1994, p.15).

Ainda para Vanoye e Goliot-Lété (1994), por meio da análise fílmica, é possível estabelecer ligações entre as partes separadas e compreender como elas se unificam para estruturar o filme.

Conforme explicam Aumont e Marie (2013, p.13), “analisa-se um filme quando se produz uma ou várias das seguintes formas de comentário crítico: a descrição, a estruturação, a interpretação, a atribuição”. Para os autores, a intenção da análise é:

Chegar a uma explicação da obra analisada, ou seja, à compreensão de algumas de suas razões de ser. Por isso, ela é tanto o fato do crítico atento em firmar seu julgamento, quanto o do teórico preocupado em elaborar um momento empírico de seu trabalho conceitual; mas ela também pode constituir, por si mesma, uma atividade autônoma, paralela à crítica, não tendo, porém, o caráter de avaliação. (p. 13).

Schwarcz (2019) aponta que a narrativa temporal é uma batalha de retóricas, onde cada um defende seu lado e impõe a sua verdade aos fatos,

fazendo com que tudo que discorde de seus relatos seja visto como mentira. Assim, é possível defender que existe uma necessidade de entender a política brasileira além do que é levado à luz pelos órgãos oficiais e pela mídia hegemônica no geral. Já Braz (2017) não vê o impeachment de Dilma Rousseff como um golpe clássico, quando há uma ruptura significativa nas instituições através de uma intervenção militar. Para o autor, “ocorre dentro do funcionamento regular das instituições democráticas burguesas, ou seja, com o aval da Justiça e do Legislativo” (p. 89).

Vivenciar, rever e entender os bastidores de um dos momentos mais importantes da política nacional recente é o primeiro passo para se tirar as próprias conclusões de tudo que aconteceu: se foi crime de responsabilidade ou manobra política, impeachment ou golpe parlamentar.

Para entender melhor esse momento, será realizada uma análise fílmica de sequências e frames do documentário e seus enquadramentos. Ao assistirmos um filme, temos uma ideia do que aconteceu naquele espaço de tempo através das imagens apresentadas, mesmo não vivenciando aquilo, como afirma Amount *et al* (1995, p. 20):

É claro que a experiência, mesmo a mais breve de assistir a um filme, basta para demonstrar que reagimos diante dessa imagem plana como se víssemos de fato uma porção de espaço de três dimensões análogo ao espaço real no qual vivemos.

Amount *et al* (1995) também defende que analisar um filme é considerar o discurso, as configurações e tudo que é possível observar, realizando um árduo trabalho de equilibrar comentários críticos e fragmentos de termos técnicos em um só lugar. A análise fílmica será separada em duas sequências. A primeira irá tratar dos votos dos deputados federais para abertura do processo de impeachment e o autoritarismo como forma de fazer política. Já a segunda tratará sobre como tudo foi conduzido de forma parcial e autoritária, deixando uma ferramenta democrática como o impeachment de lado e tornando todo o processo efetivamente em um golpe parlamentar.

4.2.1 Autoritarismo e os votos dos parlamentares

Na sequência inicial do filme, a diretora retrata os votos dos deputados federais. Entre 3 minutos e 54 segundos e 7 minutos e 53 segundos é possível acompanhar alguns votos selecionados por Maria Augusta Ramos para fazer parte do filme. O primeiro a aparecer é o deputado federal João Rodrigues (PSD-SC). Em seu discurso ele embasa seu voto na família, na cidade de Chapecó, onde nasceu e foi prefeito, no estado de Santa Catarina e pela “quebra da espinha dorsal dessa quadrilha”, frase proferida aos 4 minutos. É importante salientar que durante todos os votos o enquadramento utilizado é de três quartos, quando a câmera está posicionada a 45° do objeto principal, e em um plano fechado (também conhecido como *close*). Essa aproximação traz mais dramaticidade para cena. As imagens dos votos dos deputados federais contidos no documentário foram captadas pela TV Câmara.



Figura 2 - Imagem de "O Processo" (3'56")

A Figura 2 também é uma demonstração do que é o parlamento brasileiro: um local nada representativo da diversidade brasileira, majoritariamente formado por homens, brancos e de meia-idade. Homens esses que exaltam outros homens, mas não fazem o mesmo com as mulheres, pelo menos não aquelas que votam diferente do que eles. É possível ver isso durante o discurso da deputada federal Maria do Rosário (PT-RS) (Figura 3), que defendeu o seu “não”

ao impeachment embasada em ideais de democracia, supremacia do voto popular, dignidade humana e na luta contra a ditadura.

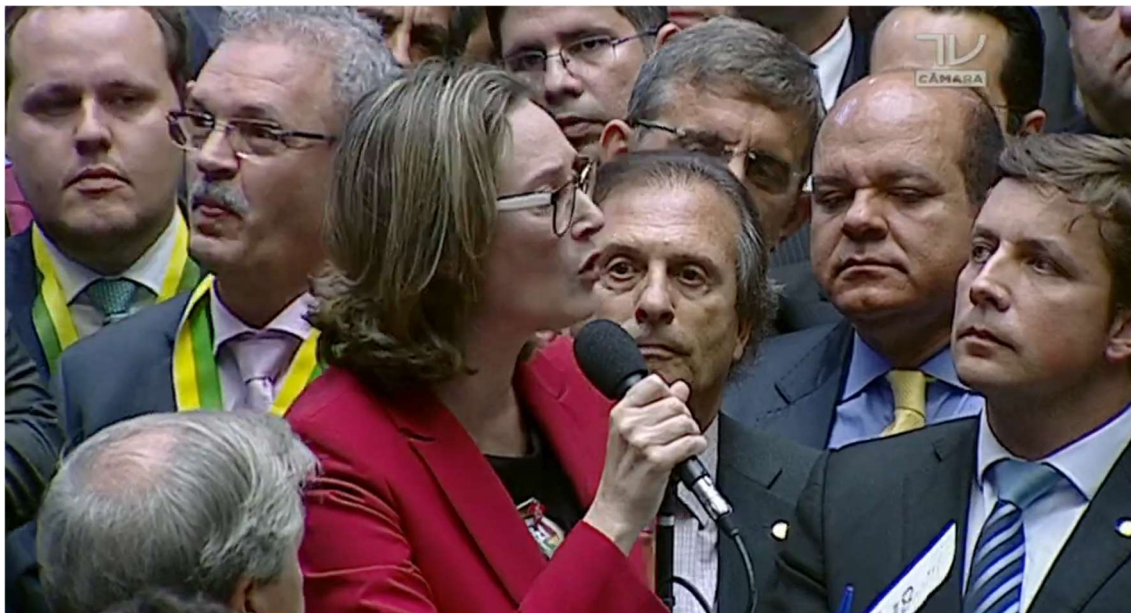


Figura 3 - Imagem de "O Processo" (4'32")

Ao observar as Figuras 2 e 3, é possível ver a mudança no semblante de alguns parlamentares durante o voto do deputado João Rodrigues e da deputada Maria do Rosário. Para Schwarcz (2019), o gênero sempre foi determinante para o autoritarismo:

Essas são raízes compactas de nosso autoritarismo, que sempre trouxe consigo uma notória correlação com a questão de gênero. As mulheres deveriam atuar como “princesas”, obedecendo e se subordinando aos maridos, enquanto os homens são eternos “príncipes”, cientes de seu domínio e autoridade. (p. 154).

Esse autoritarismo que atinge diretamente as mulheres em todos os âmbitos não é novidade no Brasil. Desde os tempos coloniais, a elas era dado um papel secundário em uma sociedade que nasceu e segue patriarcal. Schwarcz (2019) ainda define a figura histórica do homem, que era pai, senhor de terras, bondoso e severo, como o centro da família, que nunca deveria ser indagado. Esse ideal de família foi projetado na sociedade brasileira, que não questiona homens, mas que delega uma importância secundária para mulheres, indiferente de sua classe, idade ou profissão. O autoritarismo brasileiro está ligado diretamente ao conservadorismo, como explica Schwarcz (2019, p. 164):

Novos governos autoritários têm se apresentado no Brasil a partir da nostalgia do retorno aos “bons tempos”, aqueles dos valores da “família tradicional e patriarcal”, mas, no fundo, apregoam apenas uma recente distopia: aquela que em vez dos afetos distribui ódios segregativos.

A violência de gênero histórica no Brasil é responsável por números alarmantes ainda nos tempos atuais. Em 2020, foram registrados³² 105.671 denúncias de violência contra a mulher, representando um registro a cada cinco minutos. Para Schwarcz (2019, p. 153), “o hábito de agredir mulheres é comum em sociedades que não enfrentam valores paternalistas, machistas e heteronormativos predominantes e intocados no decorrer da sua história”. Esses números são fruto de uma sociedade alicerçada na misoginia, que prega o preconceito, a diminuição e, muitas vezes, o ódio contra as mulheres.

Na sequência do filme tem-se o voto do então deputado federal Jair Bolsonaro (PSL-RJ). Diferente do fragmento anterior, aqui se tem um voto motivado pelo cuidado com a inocência das crianças, pelo exército de Caxias, pelas Forças Armadas e “por um Brasil acima de tudo e Deus acima de todos”. O voto “sim” de Bolsonaro ainda contou com uma menção à “memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff³³”.

³² Através do atendimento do Disque Direitos Humanos (Disque 100) e da Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180). Dados divulgados pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos em 7 mar. 2021.

³³ Quando presa durante a ditadura, Dilma Rousseff foi torturada pelo coronel Brilhante Ustra.



Figura 4 - Imagem de "O Processo" (5'13")

Já nesta época, Bolsonaro era visto como a solução para os problemas do Brasil. Um bastião contra a corrupção, a escolha certa, o “mito”. Seu discurso vai totalmente ao encontro ao que Schwarcz (2019, p. 192) chama de um “namoro com a nostalgia de uma ditadura presa a um passado mitificado”. A autora ainda complementa que:

O caráter messiânico de certos representantes políticos; os ataques aos grupos minoritários, entre eles indígenas, negros e negras, homossexuais, *queers* ou transexuais; o desrespeito a formas de religião distintas das de matriz cristã-judaica; a ampliação de poderes de classificação do sigilo de documentos históricos; a repressão à liberdade pedagógica a partir da justificativa de doutrinação ideológica; a flexibilização do porte de armas de fogo; a celebração do exílio de adversários políticos, só têm feito soar o despertador do medo, para quem é adepto dos valores democráticos e dos direitos humanos. E o medo funciona, é bom que se diga, como o oposto lógico e prático da utopia. (p. 192).

Aos 6 minutos, Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) faz seu discurso no mesmo tom que seu pai. Ele vota “pelos militares de 64 hoje e sempre”, pelas polícias, em nome de Deus e da família brasileira. Essa mesma narrativa é o que Schwarcz (2019) trata como “populismo de agora”. Para a autora, essa nova forma de comunicação direta com o povo utilizada por alguns políticos serve para vender uma imagem de luta contra a corrupção, mesmo quando os próprios não estão distantes de práticas ilícitas. São os mesmos que vendem uma imagem de

nova política, mas na verdade vivem disso há muito tempo. Schwarcz ainda afirma que esses tipos de narrativas “abusam de mensagens moralistas apoiando-se fortemente em conceitos como religião, família e nação”. (p. 187)



Figura 5 - Imagem de "O Processo" (6'05")

Esse apreço pelo militarismo é o que aproxima a família Bolsonaro do que é a essência do autoritarismo na política: um projeto de poder que se utiliza da violência, física ou ideológica, para perpetuar seus ideais e angariar seguidores. É essa mesma violência que faz da polícia brasileira a mais violenta do mundo, sendo uma das que mais mata e morre. Segundos dados do Monitor da Violência, em 2020, 5.660 pessoas foram mortas em confronto no país. Destas, 4.609 tiveram sua raça divulgada, sendo 78% delas pretos e pardos³⁴. Lísias (2010) afirma que a violência no Brasil está diretamente ligada a uma opressão econômica, que mata os pobres e defende a liberdade para o abuso e a violência policial. Para Schwarcz, “admite-se a existência, aqui, da polícia mais violenta do mundo — aquela que mais mata, morre e prende” (2019, p. 188).

Em 2016, à época das declarações da família Bolsonaro durante a votação do impeachment de Dilma Rousseff, os números de violência policial

³⁴ Segundo os dados liberados pelas Secretarias de Segurança Pública dos estados, 2.205 das pessoas mortas pela polícia em 2020 eram pardos, 590 pretos e 1.013 não tiveram a raça identificada.

não eram menores. As mortes chegaram a 4.224, um aumento de 25,8% em relação ao ano anterior. Em sua maioria, as vítimas eram homens (99,3%), jovens (81,8%) e negros (76,2%).

Essa idolatria pela violência e pelo militarismo tem sido o fermento para governos que veem no autoritarismo a solução para os problemas da sociedade. Esse pensamento não é exclusivo no Brasil, mas encontrou naqueles que são saudosos da ditadura civil-militar um campo fértil para propagação do ódio. Schwarcz (2019) afirma que o ultranacionalismo religioso, cultural e étnico são a base para o autoritarismo. Além disso, a autora complementa que existe a necessidade de um líder para essas pessoas, que buscam “delegar o poder e a representação política para seu líder supremo, logo convertido em mito; aquele que fala no lugar de todos e por todos”. (p. 185).

Durante os votos dos deputados da família Bolsonaro, o enquadramento utilizado é de três quartos, com a câmera posicionada a 45°, em um plano fechado. Em alguns momentos, como os demonstrados nas Figuras 4 e 5, eles viram de frente para a câmera, tentando se aproximar ainda mais dos telespectadores, uma quebra da quarta parede³⁵ de forma autoritária e violenta. É importante salientar também outras semelhanças nessas duas figuras. Os dois deputados da família Bolsonaro, além de compartilharem dos mesmos ideais ao votar, também se portam de forma muito próximas: impondo a voz, olhando para a câmera e utilizando as mãos de forma autoritária. São essas atitudes em um país onde o autoritarismo é tão presente que transformam homens em mitos e a política em uma zona de guerra.

4.2.2 Parcialidade autoritária como legitimação jurídica

A segunda parte desta análise está ligada a como o processo foi conduzido de forma parcial e autoritária. Para entender melhor o que será analisado, é preciso lembrar os motivos que foram defendidos para embasar juridicamente o golpe parlamentar sofrido por Dilma Rousseff, acusada por

³⁵ Quebra da quarta parede é um termo utilizado no cinema e no teatro onde o personagem se comunica através de uma parede imaginária situada entre o espectador e ele.

crimes de responsabilidade fiscal. Foram duas as acusações levantadas e discutidas.

A primeira é sobre a emissão de seis decretos de suplementação orçamentária os quais não foram aprovados pelo Congresso. A acusação argumentou que o governo editou os decretos mesmo sabendo que não cumpririam a meta de superávit primário. Essa edição de decretos sem autorização prévia do Congresso desrespeita a Lei Orçamentária Anual (LOA)³⁶, configurando crime de responsabilidade fiscal.

A segunda acusação foram as chamadas “pedaladas fiscais”. Em 2014, o Tribunal de Contas da União (TCU)³⁷ recomendou ao Congresso a rejeição das contas do governo federal. Esse foi o ano em que as pedaladas chegaram a 52 bilhões de reais. As pedaladas fiscais às quais Dilma Rousseff foi acusada era referente ao atraso no repasse de recursos públicos ao Banco do Brasil, usados no Plano Safra.

A primeira sequência a ser analisada está entre os 13 minutos e 7 segundos e 15 minutos e 42 segundos. Durante o início dos trabalhos da Comissão de Impeachment, em 28 de abril de 2016, os senadores Lindbergh Farias e Gleisi Hoffmann questionam o fato da não liberação de algumas provas que seriam essenciais ao direito de defesa de Dilma Rousseff. Um ato autoritário que demonstra como o golpe parlamentar já estava decidido mesmo antes de ser efetivado.

³⁶ Lei elaborada pelo Poder Executivo que estabelece as despesas e as receitas que serão realizadas no próximo ano.

³⁷ Instituição que exerce a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e administração indireta. Também auxilia o Congresso Nacional no planejamento fiscal e orçamentário anual.



Figura 6 - Imagem de "O Processo" (13'33")

Em sua fala, entre os 13 minutos e 7 segundos e 14 minutos e 12 segundos, o senador Lindbergh Farias defende que, em relação ao plano Safra, a gestão dos créditos não está ligada diretamente a presidenta, solicitando assim certidões ao Banco do Brasil, ao Ministério da Agricultura, ao Ministério da Fazenda e ao Ministério do Planejamento, que seriam os responsáveis por esses créditos. Ele pede também documentos para os órgãos envolvidos na liberação dos seis decretos de créditos suplementares assinados por Dilma Rousseff sem a autorização do Congresso, a Justiça Eleitoral, a Justiça Federal e o Ministério da Educação. O senador também lembra que a pedalada fiscal era uma prática corriqueira e que não era vista como crime pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

O senador ainda levantou a dúvida sobre a parcialidade do processo ao falar, aos 14 minutos e 5 segundos, que “a gente aqui no começo dizia que um relator do PSDB não teria parcialidade, parece confirmar isso”. Como visto na Figura 6, Lindbergh é filmado em sua maior parte em um primeiro plano perfil, trazendo bastante detalhes de suas expressões e focando a atenção do público a sua fala.

Os pedidos do senador Lindbergh Farias, e essenciais ao direito de defesa de Dilma Rousseff, foram tratados como uma diligência não necessária pela comissão, quando o relator, o senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), abriu votação para a reposta às solicitações. Essa negativa fere diretamente os direitos civis de Dilma Rousseff, que “estabelece o direito de defender e afirmar todos os outros direitos em termos de igualdade, e o devido encaminhamento processual”. (TELES, 2010, p. 255). Esses ideais de justa defesa negados à presidenta Dilma Rousseff são ligados diretamente à democracia desde sua origem. Schwarcz (2019, p. 53) afirma que, dos gregos até o momento atual, historicamente, a democracia “implica não só a liberdade de expressão como a justiça no que concerne à distribuição de cargos públicos e a igualdade diante da Justiça”. Mais do que atacar os direitos civis e políticos de Dilma Rousseff, o golpe parlamentar se consolidou ao atacar diretamente a democracia.



Figura 7 - Imagem de "O Processo" (15'02")

Após a negativa às provas essenciais, a senadora Gleisi Hoffmann faz uma fala sobre a imparcialidade total do processo, entre 14 minutos e 47 segundos e 15 minutos e 42 segundos. Ela questiona o fato de que tudo já está encaminhado, independentemente do que a defesa fale ou faça. Aos 15 minutos e 2 segundos, como visto na Figura 7, Gleisi Hoffmann reclama que “o relator já sabe o que vai escrever no seu relatório e grande parte aqui já sabe o que vai

votar”. A senadora também está de perfil e em primeiro plano, como o senador Lindbergh Farias, porém, ela está posicionada no enquadramento com um certo respeito pela regra dos terços, sendo colocada em uma das linhas imaginárias da divisão de terços da imagem, como pode ser visto na Figura 8. Esse posicionamento não é em vão, sendo usado normalmente para guiar o olhar do espectador aos pontos de interesse em um quadro.



Figura 8 - Regra dos Terços em Imagem de "O Processo" (15'02")

Schwarcz (2019) vê esse tipo de atitude autoritária em tempos de crise como uma forma de reviver históricos de “desrespeito às leis, descrença nas instituições e que sinalizam saídas dogmáticas e que se apresentam como as ‘salvadoras da pátria’”. (p. 189). O golpe parlamentar vivido por Dilma Rousseff foi uma oportunidade para todos aqueles que buscavam uma narrativa de heróis da nação. A luta do bem contra o mal, da justiça contra a corrupção, como a autora complementa:

O vazio social e o ceticismo adubaram um terreno já fértil para a ascensão de pretensos *outsiders*, políticos autoritários, oportunistas e populistas, que se dizem acima e além dos demais dirigentes, apesar de compartilharem do mesmo jogo político e viverem dele. (p. 189).

O segundo fragmento a ser analisado complementa o que foi visto anteriormente nas falas dos senadores Lindbergh Farias e Gleisi Hoffmann no início da Comissão de Impeachment. Entre 89 minutos e 56 segundos e 94 minutos e 10 segundos, José Eduardo Cardozo, então Advogado-geral da União, levanta contradições no relatório final do senador Antonio Anastasia.



Figura 9 - Imagens de "O Processo" (90'07", 91'26", 92'07" e 93'27" – da esq. para dir.)

O advogado questiona que o relator não se apegou aos fatos e aos dados disponíveis, mas sim à paixão pelo seu partido. Neste momento, é preciso se atentar a duas imagens que vão conduzir essa sequência: a do próprio advogado e a do relator. O primeiro, visto em um primeiro plano três quartos, se expressa de forma fluída, utilizando as mãos e a face para transparecer sua indignação, mesmo que respeitosa, pelo que foi o relatório final do relator (Figura 9). Já o senador Antonio Anastasia, que tem o mesmo enquadramento do anterior, não demonstra nenhum sentimento, se limitando a poucos movimentos como o de colocar e tirar os óculos (Figura 10).



Figura 10 - Imagens de "O Processo" (90'37', 92'13" e 93'58")

É importante salientar algumas das falas de José Eduardo Cardozo que corroboram com a ideia de que o autoritarismo foi determinante no golpe parlamentar sofrido por Dilma Rousseff. Um processo conduzido dentro da lei, mas de forma parcial. Aos 90 minutos e 33 segundos, Cardozo questiona sobre a parcialidade do relator do processo. “Conseguiria ele utilizar todo potencial que sempre teve pra buscar a verdade ao invés de curvar-se à paixão?”. Visivelmente há uma manipulação de todo processo por parte daqueles que são a favor do golpe parlamentar. É um movimento de atores que prezam pelos ideais próprios antes da verdade e da justiça. Schwarcz (2019) afirma que esse tipo de atitude faz parte de uma estratégia comum de governos autoritários:

[...] a manipulação do Estado, de suas instituições e leis, visando perpetuar o controle da máquina e garantir um retorno nostálgico aos valores da terra, da família e das tradições, como se esses fossem sentimentos puros, imutáveis e resguardados. (p. 186).

Na sequência, o advogado questiona as acusações finais contidas no relatório. Aos 91 minutos e 35 segundos, Cardozo levanta a questão de que o que importa para meta não é efetivamente o ideal, mas sim o quanto se gasta. Para o advogado, o impeachment foi um processo “onde a meta fiscal pode levar à cassação de um mandato de um presidente mesmo sem ter um centavo a mais gasto por decretos”. Quanto às pedaladas, aos 92 minutos e 38 segundos, ele questiona como que “uma relação jurídica vira em outra, o atraso gera operação de crédito”. O que é questionável nesse fato é a especificidade deste caso, já que o próprio relator afirma que não deve ser sempre visto desta forma. A tese inovadora não é questionada por Cardozo, mas sim o fato da “criminalização de quem não pensa como vossa excelência (o relator). Isso é de um autoritarismo, especialmente quando é retroativo”.

O impeachment de Dilma Rousseff foi alicerçado em movimentos fiscais antes feitos por outros presidentes, mas nunca criminalizados. Uma demonstração do que foi o golpe parlamentar, que se utilizou das instituições para tirar da presidência uma mulher legalmente eleita. Isso vai ao encontro com uma ideia defendida por Schwarcz (2019) de que o Estado é um prolongamento de uma família patriarcal do período colonial. Segundo a autora, “os detentores das posições públicas de responsabilidade, formados no interior dessa sorte de ambiente, logo aprenderam a manipular e misturar os domínios do privado e do público”. (p. 60).

A partir desta análise, foi possível compreender que o golpe parlamentar foi uma demonstração de uma ideologia autoritária, negando direitos básicos de defesa em um julgamento imparcial, utilizando-se de narrativas patriarcais, religiosas e patrióticas a favor do impeachment de uma presidenta democraticamente eleita, trazendo vestígios de um militarismo que não perdeu forças mesmo depois do fim da ditadura civil-militar.

Na primeira sequência, é possível perceber o quanto a Câmara dos Deputados não é um lugar tão representativo quanto deveria ser. Uma instituição que deveria prezar pela democracia, mas que não pune formas violentas de fazer política, como o enaltecimento da ditadura civil-militar e da violência policial. Na segunda sequência, percebe-se a forma imparcial que o impeachment foi conduzido. Um julgamento onde a ré não teve os direitos básicos para se

defender, onde todos já sabiam como votar, mesmo antes de ouvir suas alegações.

Esse foi um golpe parlamentar arquitetado para a perpetuação do conservadorismo em uma luta contra políticas sociais, voltadas para mulheres, pretos, LGBTQI+, jovens e periféricos. Um movimento político de extrema-direita, alicerçado na religião, na família e nos bons costumes, apoiado por um Poder Judiciário que falhou ao impedir que as normas legais fossem desrespeitadas, deixando de cumprir com a manutenção dos direitos e garantias jurídicas durante o julgamento de impeachment.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho é analisar a partir do documentário “O Processo”, da diretora Maria Augusta Ramos, como o autoritarismo esteve presente nas decisões políticas que levaram ao golpe parlamentar de 2016 contra a ex-presidenta Dilma Rousseff. Para isso, foram analisados frames e sequências do filme. Anteriormente à análise, foi realizada uma revisão histórica das manifestações entre os anos de 2013 e 2016 e as políticas autoritárias no Brasil, dando maior ênfase aos anos de ditadura civil-militar.

Ao analisar as imagens do documentário, podemos constatar que o autoritarismo esteve presente durante todo o processo que levou ao golpe parlamentar. Isso pode ser percebido nos discursos de diversos deputados federais que se utilizaram de ideologias autoritárias para dar subsídio aos seus votos a favor do impeachment. Tanto ao utilizar a religião, a família e a pátria como justificativas para os seus atos, quanto ao homenagear a ditadura civil-militar e o exército. O militarismo é um processo que seguiu crescendo no Brasil mesmo depois do regime militar, tendo os modelos, doutrinas e conceitos sendo absorvidos pelas forças de segurança pública. É essa herança autoritária que reflete hoje nos números de violência policial, deixando o Brasil entre os países onde a polícia mais mata, morre e prende.

Outra demonstração do autoritarismo que pode ser analisada no filme é a forma parcial que foi utilizada para conduzir o processo. A ex-presidenta Dilma Rousseff teve seus direitos de defesa totalmente anulados, ao ter os pedidos por provas substanciais negados. Um julgamento desigual e que não deu a Rousseff o direito a uma defesa justa.

Essas ideologias autoritárias, que Bobbio (1998) defende como uma solução emergencial aos medos da população e que acaba por negar a igualdade entre todos, tendo princípios hierárquicos e componentes antidemocráticos e violentos, são analisadas no filme e vão ao encontro do avanço do bolsonarismo, do conservadorismo e do militarismo muito evidentes nos anos seguintes.

O golpe parlamentar de 2016 foi um retrocesso democrático que impactou a sociedade como um todo. Desde sua efetivação, o conservadorismo ganhou

cada vez mais espaço, perdendo o medo de se mostrar intolerante com opiniões políticas diferentes, como também com minorias.

Em 2018, Jair Bolsonaro foi eleito Presidente com um discurso autoritário, ofendendo mulheres, indígenas, LGBTQI+, pretos, imigrantes, entre outros. Falas que não deveriam ser socialmente aceitas vindas de um político.

A ideia de “mito”, apelido muito utilizado pelos bolsonaristas ao se referir ao presidente Jair Bolsonaro, também converge com os ideais autoritários apresentados anteriormente neste trabalho e defendidos por Bobbio (1998). O saudosismo com os anos de ditadura civil-militar pode ser observado tanto em diversas falas de Bolsonaro, quanto por parte de seus seguidores que costumam pedir por intervenção militar. Um apego por um passado que não condiz com a realidade. Uma defesa de 21 anos onde o Brasil sangrou e a população teve seus direitos negados. A súplica por tempos que não são nem gloriosos e nem míticos.

Outro movimento bolsonarista que pode ser visto como um avanço do autoritarismo é a sua luta contra a pesquisa, a verdade e o jornalismo. Uma forma de fazer política que nega a realidade, dando preferência por narrativas inventadas e que enaltecem grupos ultranacionalistas, religiosos e militares ao mesmo tempo que pregam o ódio contra as pessoas que discordam desses ideais.

Por outro lado, a esquerda também tomou um posicionamento diferente a partir de 2016, sendo mais intolerante com quem difere dos seus pensamentos, polarizando cada vez mais o discurso político. Essa intransigência do lado progressista, especialmente na era do “cancelamento”, pode vir a ser abordada em próximos trabalhos.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL, Portal. **Mais de 100 pessoas detidas para averiguação em protesto contra o aumento da tarifa em SP.** São Paulo, 13 jun. 2013. Disponível em: <<https://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-06-13/mais-de-100-pessoas-detidas-para-averiguacao-em-protesto-contr-aumento-da-tarifa-em-sp>>. Acesso em: 21 mar. 2021.

AMOUNT, Jacques *et al.* **A estética do filme.** Tradução Marina Appenzeller; Campinas/SP: Papyrus, 1995.

AUMONT, Jacques; MARIE, Michel. **Dicionário teórico e crítico de cinema.** Trad. Eloisa Araújo Ribeiro. 5. ed. Campinas: Papyrus, 2013.

ARANTES, Paulo Eduardo. **O que resta da ditadura:** a exceção brasileira. SAFATLE, Vladimir; TELES, Edson (org.). São Paulo: Boitempo, 2010.

BERGER, C.; TAVARES, F.; VAZ, P. **Um golpe anunciado:** Lula, Dilma e o discurso pró-impeachment na revista Veja. Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo, Ponta Grossa, vol. 3, n. 2, p.20 -44, Jul/Dez 2016. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5747423>> Acesso em: 21 mar. 2021.

BRAZ, Marcelo. **O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário.** Serv. Soc. Soc. no.128 São Paulo Jan./Apr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n128/0101-6628-sssoc-128-0085.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2021.

BOBBIO, Norberto *et al.* **Dicionário de Política Vol. I.** Brasília: Editora UNB, 1998.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Transcrição da sessão deliberativa extraordinária:** impeachment presidente Dilma Roussef. Brasília, 17 abr. 2016. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/destaque-de-materias/impeachment-da-presidente-dilma/sessao-091-de-170416>> Acesso em: 31.mar. 2021

CARVALHO, José Murilo de. **Forças armadas e política no Brasil 2ª ed.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório Volume III:** mortes e desaparecidos políticos. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_3_digital.pdf> Acesso em: 27 abr. 2021.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Nota oficial sobre a morte do coronel Paulo Malhães.** Rio de Janeiro, 28 abr. 2014. Disponível em:

<<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/36-publicacoes/598-nota-oficial-sobre-a-morte-do-coronel-paulo-malh%C3%A3es.html>>. Acesso em: 3 mai. 2021.

CONGRESSO EM FOCO, Portal. **Como os senadores votaram no impeachment de Dilma.** 12, mai. 2016. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/como-os-senadores-votaram-no-impeachment-de-dilma/>>

Acesso em: 4 abr. 2021.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. **O que resta da ditadura:** a exceção brasileira. SAFATLE, Vladimir; TELES, Edson (org.). São Paulo: Boitempo, 2010.

EL PAÍS, Portal. **Dilma derrota Aécio na eleição mais disputada dos últimos 25 anos.** Brasília, 26 out. 2014. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2014/10/26/politica/1414362936_748118.html> Acesso em: 21 mar. 2021.

EL PAÍS, Portal. **A seleção que 'presenteou' a ditadura com uma taça.** São Paulo, 7 jun. 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/esportes/2020-06-07/a-selecao-que-presenteou-a-ditadura-com-uma-taca.html>> Acesso em: 3 mai. 2021.

EL PAÍS, Portal. **A guerra jurídica do impeachment: do que Dilma é acusada?** Brasília, 30 ago. 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/28/politica/1472412248_958761.html> Acesso em: 5 jun. 2021.

ÉPOCA NEGÓCIOS, Portal. **'Que Deus tenha misericórdia desta Nação', diz Cunha ao votar pelo impeachment.** Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2016/04/epoca-negocios-que-deus-tenha-misericordia-desta-nacao-diz-cunha-ao-votar-pelo-impeachment.html>> Acesso em: 31 mar. 2021.

ESTADÃO, Portal. **A morte de Tancredo Neves em 21 de abril de 1985.** São Paulo, 21 abr. 2020. Disponível em: <<http://m.acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,acervo,70003277827,0.htm>>. Acesso em: 5 mai. 2021.

FOLHA DE SP, Portal. **Protesto em São Paulo é o maior desde manifestação contra Collor.** São Paulo, 17 jun. 2013. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1296834-protesto-em-sao-paulo-e-o-maior-desde-manifestacao-contr-collor.shtml>>. Acesso em: 21 mar. 2021.

FOLHA DE SP, Portal. **Reveja os acontecimentos que levaram ao impeachment de Dilma Rousseff.** São Paulo, 18 dez. 2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cenarios-2017/2016/12/1842041-reveja-os-acontecimentos-que-levaram-ao-impeachment-de-dilma-rousseff.shtml>> Acesso em: 31 mar. 2021

FOLHA DE SP, Portal. **De 1964 a 1985, veja linha do tempo da ditadura militar.** São Paulo, 27 jun. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/06/de-1964-a-1985-veja-linha-do-tempo-da-ditadura-militar.shtm>> Acesso em: 26 abr. 2021

G1, Portal. **Manifestantes protestam contra Dilma em todos os estados, DF e exterior.** São Paulo, 15 mar. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/03/manifestantes-protestam-contradilma-em-estados-no-df-e-no-exterio.html>> Acesso em: 21 mar. 2021.

G1, Portal. **Manifestantes fazem maior protesto nacional contra o governo Dilma.** São Paulo, 13 mar. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/manifestacoes-contragoverno-dilma-ocorrem-pelo-pais.html>> Acesso em: 21 mar. 2021.

G1, Portal. **Senado aprova impeachment, Dilma perde mandato e Temer assume.** 31 ago. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/senado-aprova-impeachment-dilma-perde-mandato-e-temer-assume.html>> Acesso em: 4 abr. 2021.

G1, Portal. **Veja quem votou 'sim' para a saída de Dilma, mas 'não' para a inabilitação.** 31 ago. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/veja-quem-votou-sim-para-saida-de-dilma-mas-nao-para-inabilitacao.html>> Acesso em: 4 abr. 2021.

G1, Portal. **Coronel que admitiu participar de tortura é morto no RJ.** Rio de Janeiro, 25 abr. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/04/coronel-que-admitiu-participar-de-tortura-e-encontrado-morto-no-rj.html>>. Acesso em: 3 mai. 2021.

G1, Portal. **Impeachment de Collor faz 20 anos; relembre fatos que levaram à queda.** Brasília, 28 set. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2012/09/impeachment-de-collor-faz-20-anos-relembre-fatos-que-levaram-queda.html>>. Acesso em: 22 mai. 2021.

G1, Portal. **Brasil registra o maior número de assassinatos da história em 2016; 7 pessoas foram mortas por hora no país.** São Paulo, 30 out. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/brasil-registra-o-maior-numero-de-homicidios-da-historia-em-2016-7-pessoas-foram-assassinadas-por-hora-no-pais.ghtml>>. Acesso em: 24 mai. 2021.

G1, Portal. **Estados não sabem raça de mais de 1/3 dos mortos pela polícia em 2020; dados disponíveis mostram que 78% das vítimas são negras.** 22 abr. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2021/04/22/estados-nao-sabem-raca-de-mais-de-13-dos-mortos-pela-policia-em-2020-dados-disponiveis-mostram-que-78percent-das-vitimas-sao-negras.ghtml>>. Acesso em: 24 mai. 2021.

HUMAN RIGHTS WATCH, Portal. **Brasil: Trabalho da Comissão Nacional da Verdade.** Disponível em: <<https://www.hrw.org/pt/news/2014/12/19/265709>> Acesso em: 9 mai. 2021.

IMDB, Portal. **Maria Ramos.** Disponível em: <<https://www.imdb.com/name/nm1512437>> Acesso em: 12 abr. 2021.

INDIELISBOA, Portal. **Revelados os filmes vencedores do IndieLisboa 2018.** 5 mai. 2018. Disponível em: <<https://indielisboa.com/2018/05/05/revelados-os-filmes-vencedores-do-indielisboa-2018/>> Acesso em: 12 abr. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da Violência 2020.** Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>> Acesso em: 27 abr. 2021.

LÍSIAS, Ricardo. **O que resta da ditadura: a exceção brasileira.** SAFATLE, Vladimir; TELES, Edson (org.). São Paulo: Boitempo, 2010.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA, Portal. **A grande greve dos trabalhadores do ABC.** Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/a-grande-greve-dos-trabalhadores-do-abc>>. Acesso em: 4 mai. 2021.

MEMÓRIAS DA DITADURA, Portal. **Rubens Paiva.** Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/rubens-paiva/>>. Acesso em: 3 mai. 2021.

MEMÓRIAS DA DITADURA, Portal. **Carlos Lamarca.** Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/carlos-lamarca/>>. Acesso em: 4 mai. 2021.

MEMÓRIAS DA DITADURA, Portal. **Manoel Fiel Filho.** Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/manoel-fiel-filho/>>. Acesso em: 4 mai. 2021

NICHOLS, Bill. **Introdução ao documentário.** Tradução de Mônica Saddy Martins. Campinas: Papyrus, 2005.

O GLOBO, Portal. **Em Berlim, 'O processo', de Maria Augusta Ramos, é o terceiro preferido do público na Mostra Panorama.** 24 fev. 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/em-berlim-processo-de-maria-augusta-ramos-o-terceiro-preferido-do-publico-na-mostra-panorama-22429268>> Acesso em: 12 abr. 2021.

PINTO, Leonor Souza. **Classificação Indicativa no Brasil: desafios e perspectivas.** CHAGAS, Claudia Maria de Freitas; ROMÃO, José Eduardo Elias; LEAL, Sayonara (Org.). Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.mpggo.mp.br/portalweb/hp/8/docs/livro_classificacao.pdf>. Acesso em: 2 mai. 2021.

PIOVESAN, Flávia. **O que resta da ditadura:** a exceção brasileira. SAFATLE, Vladimir; TELES, Edson (org.). São Paulo: Boitempo, 2010.

PODER 360, Portal. **Em 2020, Brasil teve uma denúncia de violência contra mulher a cada 5 minutos.** 7 mar. 2021. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/brasil/em-2020-brasil-teve-uma-denuncia-de-violencia-contramulher-a-cada-5-minutos/>>. Acesso em: 23 mai. 2021.

PUCINI, Sérgio. **Roteiro de documentário: da pré-produção à pós-produção – 3ª ed.** Campinas: Papyrus, 2012.

R7, Portal. **Manifestações agradam a 84% dos brasileiros, diz pesquisa Ibope.** 6 ago. 2013. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/brasil/manifestacoes-agradam-a-84-dos-brasileiros-diz-pesquisa-ibope-06082013>>. Acesso em: 21 mar. 2021.

SAFATLE, Vladimir. **O que resta da ditadura:** a exceção brasileira. SAFATLE, Vladimir; TELES, Edson (org.). São Paulo: Boitempo, 2010.

SENADO FEDERAL, Portal. **Diretas Já:** quando o povo cansou de esperar. Brasília, 11 set. 2006. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20090924023526/http://www.senado.gov.br/jornal/noticia.asp?codEditoria=1729&dataEdicaoVer=20060911&dataEdicaoAtual=20060929&nomeEditoria=Aconteceu+no+Senado>>. Acesso em: 5 mai. 2021.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro.** Companhia das Letras, 2019.

SOUSA, Rainer Gonçalves. Brasil **Escola:** Coronelismo. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/coronelismo.htm>>. Acesso em: 27 abr. 2021.

TATAGIBA, Luciana. **Entre as ruas e as instituições:** os protestos e o impeachment de Dilma Rousseff. Lusotopia. 2018. Disponível em: <https://www.cesop.unicamp.br/vw/1IMb2Ta0wNQ_MDA_c2b2c/Entre%20as%20ruas%20e%20as%20instituicoes%20e%20os%20protestos%20e%20o%20impeachment%20de%20Dilma%20Rousseff.pdf> Acesso em: 21 mar. 2021.

TELES, Janaína de Almeida. **O que resta da ditadura:** a exceção brasileira. SAFATLE, Vladimir; TELES, Edson (org.). São Paulo: Boitempo, 2010.

VANOYE, Francis; GOLIOT-LÉTÉ, Anne. **Ensaio sobre a análise filmica.** Campinas: Papyrus, 1994.

ZAVERUCHA, Jorge. **O que resta da ditadura:** a exceção brasileira. SAFATLE, Vladimir; TELES, Edson (org.). São Paulo: Boitempo, 2010.